

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Presidente do PPD/PSD escreve aos militantes



No passado dia 25, o Presidente do PSD, Pedro Santana Lopes, dirigiu aos militantes e ás militantes do Partido uma carta cujo texto, pela sua pertinência e importância, aqui deixamos registado:

«A circunstância de o Dr. José Manuel Durão Barroso ter sido convidado para presidir aos destinos da Comissão Europeia – um convite que muito nos honra, como Portugueses e como social-democratas – colocou-me perante a responsabilidade de prosseguir um trabalho difícil, mas compensador, em favor deste País que tanto queremos.

«Como sabe, na minha já vasta experiência política, nunca tive medo. Não tive medo de dizer o que sempre me pareceu mais correcto, mesmo indo

contra a maioria; não tive medo de ficar só quando os outros alinhavam por caminhos mais fáceis; não tive medo de desafios e de combater por aquilo em que acreditava.

«No momento actual, e perante a perspectiva de o anterior presidente do partido ser chamado a exercer funções internacionais, também não tive receio. Senti que existia um forte apelo de dirigentes e de figuras que muito representam na história do PPD/PSD, mas sobretudo dos militantes e das bases, para que aceitasse liderar os destinos do partido e do País nos próximos anos.

«Senti que não podia defraudar quem em mim confiava. Na política, como na vida, temos que saber assumir as nossas responsabilidades. Dar a cara por aquilo em que acreditamos, oferecer o nosso esforço, saber e trabalhar pelo bem comum e pelo desenvolvimento do nosso País.

«Sei que nos próximos anos vou poder contar consigo para levar a bom porto esta exigente tarefa de governar Portugal. O Governo precisa de um PPD/PSD solidário, crítico quando necessário, mas acima de tudo, muito vivo e dinâmico, capaz de ir ao encontro dos anseios dos eleitores, do sentir mais profundo dos Portugueses, de aprofundar as suas ligações à sociedade.

«Quero um PPD/PSD unido, a trabalhar por Portugal, sem secretismos, nem divisionismos. Se somos grandes quando sabemos ouvir aqueles que discordam das nossas opiniões, seremos maiores se soubermos ultrapassar as diferenças em nome do objectivo comum.

«Enormes desafios nos irão surgir pela frente: as eleições regionais, as eleições autárquicas, as eleições presidenciais, e finalmente, as eleições legislativas de 2006. Em todos estes actos eleitorais temos um só objectivo: ganhar. Vai ser uma luta difícil. Os nossos adversários não nos facilitarão a vida. Mas de uma coisa podem estar certos: na Madeira, nos Açores, nas autarquias, levaremos cada vez mais longe a nossa mensagem e a nossa acção.

«No plano da governação, executaremos com determinação o Programa de Governo sufragado pela Assembleia da República. O espírito reformista e modernizador do Executivo que lidero vai fazer-se sentir nos mais variados sectores: nas políticas sociais, na economia, no apoio ao desenvolvimento regional e aos mais jovens. Os mais jovens são o grande activo do futuro. «Conto com as novas gerações para dar ao País o impulso que merece.

Tenho uma ambição e uma obrigação: não desperdiçar esta oportunidade histórica para que Portugal possa dar o grande salto qualitativo que há muito ambicionamos. Não quero um País conformista, agarrado apenas aos feitos do passado. Temos ambição, queremos ganhar. Queremos que os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos vivam melhor e com outras perspectivas de futuro.

«É esta mensagem de esperança, de optimismo, mas também de realismo que gostava que lhe chegasse. E peço-lhe também que faça desta mensagem a palavra do PPD/PSD. Na sua vida, no seu dia-a-dia, quando vir pessimismo, derrotismo, conformismo, diga alto que o futuro é um tempo melhor.

«Conte comigo. Eu sei que posso contar consigo.»

«Pedro Santana Lopes»

«(Presidente do PSD)»

Congresso do PSD Novembro, em Barcelos



(Pag. 24)

Miguel Relvas no Brasil no V aniversário do PSD/Rio



(Pag. 12)

Em Castelo de Vide

UNIVERSIDADE DE VERÃO



6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 de Setembro



(Pag. 17)

Conselho de Ministros

Durante o mês de Agosto, período em que não se publicou o “Povo Livre”, registaram-se quatro reuniões do Conselho de Ministros, tendo sido aprovada várias legislações, de que, como habitualmente, damos notícia.

Assim, no Conselho de 30 de Julho, que teve lugar no Palácio do Freixo, no Porto, foram aprovados:

Um Decreto-Lei que estabelece a orgânica do XVI Governo Constitucional.

Uma Resolução que aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVI Governo Constitucional.

Conselho de administração do ICP

Por Resolução do Conselho foi nomeada um vogal do conselho de administração do ICP – Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM).

Um dos vogais do actual conselho de administração, a Professora Doutora Maria do Carmo Félix da Costa Seabra, foi recentemente nomeada para exercer funções no XVI Governo Constitucional, como Ministra da Educação, pelo que se torna necessário proceder à sua substituição.

Assim, através do presente diploma, o Governo decidiu nomear, para um mandato de cinco anos, não renovável, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Professor Doutor Pedro Duarte Neves, como vogal do conselho de administração do ICP – Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM).

Regime jurídico do arrendamento urbano

Por Resolução do Conselho foi mandatado o Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional para coordenar e concretizar as medidas necessárias à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano e que decorrem do seu impacto social, económico e financeiro.

Para desenvolver esse trabalho, o Ministro coordenará as medidas necessárias, de forma a serem analisadas e aprovadas pelo Governo, no prazo de 60 dias após a publicação em Diário da República, as iniciativas legislativas a apresentar à Assembleia da República.

Contrato de investimento entre o Estado Português e a Labesfal

Também por Resolução do Conselho, foi aprovada a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e a Labesfal – Laboratórios Almiro, S.A., para a realização de um projecto de investimento em Tondela.

A LABESFAL, através do presente projecto de investimento, reforçará o seu estatuto de parceiro estratégico para as Autoridades Nacionais de Saúde, no âmbito da política do medicamento, pois promoverá a inovação e a competitividade, incrementará o seu esforço de orientação para a qualidade, numa lógica de reforço dos seus critérios de excelência e reforçará a introdução de medicamentos em mercados externos, mais concretamente, em Espanha, Cabo Verde, Moçambique, Tunísia e Costa do Marfim.

Os investimentos a realizar têm por base a aquisição das Melhores Tecnologias Disponíveis (MTD's), garantindo que a empresa possa ser uma referência para a indústria farmacêutica.

O investimento a realizar pela LABESFAL tem um elevado impacto na região em que se insere, contribuindo para o desenvolvimento industrial da Zona Industrial do Lagedo.

Trata-se de um projecto que envolve um investimento da ordem dos 9.255.596 Euros e a criação de 27 postos de trabalho directos. Com a implementação do projecto, a empresa prevê alcançar um volume de vendas, para o mercado externo, da ordem dos 11.930.000 Euros em ano cruzeiro (2005).

Director Nacional da PSP

Por Deliberação do Conselho, foi nomeado como Director Nacional da PSP o Dr. Branquinho Lobo.

Face ao pedido de exoneração do actual Director Nacional da PSP, o Governo nomeou, como novo Director Nacional, o Dr. Branquinho Lobo.

Avaliação da situação decorrente dos incêndios

Outra Deliberação do Conselho cria uma estrutura de acompanhamento para proceder à avaliação da situação decorrente dos incêndios em vários municípios do país.

O Governo procedeu à análise da situação, designadamente dos meios

disponibilizados e a disponibilizar na sequência do esforço já iniciado pelo Governo anterior, quanto aos meios materiais, financeiros e reforço da intervenção das Forças Armadas, que neste momento se traduz em cerca de 500 homens dia.

Portugal enfrenta novamente uma vaga de calor, com temperaturas superiores a 35°C, acompanhada de níveis de humidade na atmosfera muito baixos, acrescidos de ventos intensos, com consequências graves no aparecimento e propagação de incêndios em vários concelhos do País.

Nos últimos sete dias deflagraram mais de 2500 incêndios dos quais apenas 20 tomaram proporções com significado. Só a pronta e eficaz actuação do sistema de prevenção e combate a incêndios permitiu que tão grande número de incêndios não tenha provocado maiores danos.

A estrutura criada terá como responsabilidade proceder à identificação urgente dos danos pessoais e patrimoniais causados pelos incêndios e apresentar imediatamente as necessárias medidas.

O Conselho de Ministros aproveita a ocasião para louvar e incentivar todas as entidades empenhadas na prevenção e combate aos incêndios e em especial aos Bombeiros de Portugal que de Norte a Sul dão testemunho do seu empenho e dedicação.

Acessibilidade dos doentes oncológicos às unidades de radioterapia

O Conselho de Ministros analisou a situação do País quanto à acessibilidade por parte dos doentes oncológicos às unidades de radioterapia, na sequência de apresentação feita pelo Ministro da Saúde.

A análise revela que se verifica uma concentração de meios humanos e de equipamentos de radioterapia em determinadas regiões do País (Porto, Coimbra e Lisboa) penalizando as populações que vivem noutras regiões e que muitas vezes são obrigadas a longas deslocações para poderem ter acesso aos tratamentos de que necessitam.

Face à situação existente, o Conselho analisou um Plano de desenvolvimento de instalação progressiva no País de novas unidades de radioterapia nas regiões de Aveiro, Braga, Bragança, Évora, Faro, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Numa 1ª fase de desenvolvimento deste Plano e tendo em conta que se encontram já em curso algumas iniciativas, são as seguintes as unidades de radioterapia a instalar a curto prazo e com data de entrada em funcionamento calendarizada:

ARS Algarve – Faro, 1.º trimestre 2005; ARSLVT – Setúbal/Barreiro, 2.º trimestre 2005; ARS Norte – Vila Real, 1.º trimestre 2006; ARS Alentejo – Évora, 3.º trimestre 2006; ARS Centro – Viseu, 1.º trimestre 2007.

Conselho de 5 de Agosto de 2004

A reunião de 5 de Agosto teve lugar em Lisboa e na Presidência do Conselho, tendo sido aprovados os seguintes diplomas:

Regime da Lei de Autonomia Universitária e dos Institutos Politécnicos Públicos

Uma Proposta de Lei define, após passagem pela Assembleia da República, o regime da Lei de Autonomia Universitária e dos Institutos Politécnicos Públicos.

A presente Proposta de Lei procede à definição e descrição da autonomia dos estabelecimentos de ensino superior, públicos, particulares e cooperativos, bem como à identificação dos órgãos obrigatórios, suas atribuições e competências.

Estabelecem-se regras de organização e de funcionamento comuns para os estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico.

Criou-se, a título supletivo, um procedimento inovador de eleição do reitor da universidade, do presidente do instituto politécnico e do director da faculdade ou escola, assente na eleição directa e universal, com voto ponderado maioritário dos docentes e investigadores mais qualificados.

Para reforço da ligação à sociedade, a fiscalização das universidades e institutos será feita pelos conselhos respectivos.

Sistema Nacional de Formação Profissional

Também foi aprovada uma Proposta de Lei que estabelecerá o regime jurídico da formação profissional e cria o Sistema Nacional de Formação Profissional, identificando os agentes que o integram, as respectivas atribuições, bem como definindo os princípios que regem a sua coordenação, organização, financiamento e avaliação.

Este diploma tem por objectivo adequar o enquadramento legal da formação profissional, enquanto processo global e permanente de aquisição de competências profissionais e relacionais, aos grandes objectivos de qualificação

Conselho de Ministros

da população activa portuguesa, no contexto de uma estratégia nacional de modernização do tecido produtivo e de criação de emprego de qualidade.

É criado o Sistema Nacional de Formação Profissional, identificando as atribuições dos agentes que o integram, numa lógica de partilha de responsabilidades ao nível da coordenação, execução e financiamento da formação.

A oferta de formação profissional visa responder de forma efectiva às necessidades individuais e organizacionais da procura, passando a concretização dos objectivos da política de formação profissional, em articulação com a política educativa, a ser feita através de um Plano Plurianual, cuja execução é acompanhada pelo Conselho Consultivo Nacional de Formação Profissional, órgão de base tripartida. Por outro lado, a formação profissional passa a ser organizada de forma modular, permitindo a construção de percursos individuais de formação flexíveis, e com base em referenciais de competências certificáveis.

Lei-Quadro do Sistema de Informações da República

Foi aprovada uma Proposta de Lei que altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa.

Transporte colectivo de crianças

Outra Proposta de Lei autorizará o Governo a legislar sobre matéria relacionada com a liberdade de escolha e exercício da profissão no transporte colectivo de crianças.

O presente diploma visa obter autorização da Assembleia da República para aprovar um regime que regule este segmento de transporte de passageiros, designadamente instituindo um regime de licenciamento de actividade aplicável à realização do transporte de crianças em veículos automóveis ligeiros (que inclui, por exemplo, as carrinhas até nove lugares), definindo regras de certificação para os respectivos motoristas, com o objectivo de garantir a sua idoneidade e formação específica adequada, assim como tornando obrigatória a presença de um vigilante durante a operação de transporte.

São adoptadas medidas especiais tendentes a garantir a segurança das crianças transportadas, nomeadamente tornando obrigatória a colocação de dispositivos de retenção adequados para as crianças mais pequenas, bem como do cinto de segurança em todos os lugares do veículo. É suprimida a possibilidade de ocupação de um assento por mais de uma criança, sendo também formuladas regras cautelares no âmbito da circulação e locais de paragem destes veículos.

A obrigação de uso do tacógrafo é estendida a todos os veículos e é estabelecido um regime de licenciamento dos autocarros e veículos automóveis ligeiros a utilizar nestes transportes quer pertençam a empresas transportadoras, a autarquias locais ou a outras entidades que realizem transporte particular de passageiros, sendo fixada uma idade limite para o respectivo licenciamento.

Estas medidas são complementadas por um regime sancionatório específico para o não cumprimento das regras impostas.

Revisão do Código da Estrada

Também uma Proposta de Lei autorizará o Governo a proceder à revisão do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio.

A Proposta de Lei aprovada visa autorizar o Governo a legislar sobre o Código da Estrada, de forma a contemplar as medidas preconizadas no Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, designadamente, ao nível da segurança no transporte de crianças, da maior protecção jurídica dos peões e do agravamento das sanções para as infracções que mais contribuem para a sinistralidade, como a velocidade, o álcool e o desrespeito pelos peões.

Por outro lado, em virtude de se verificar que a aplicação das normas processuais do regime geral das contra-ordenações a infracções cometidas em massa, como são as infracções rodoviárias, permite o prolongamento excessivo dos processos, com a consequente perda do efeito dissuasor das sanções, introduzem-se normas processuais especiais, visando maior celeridade na aplicação efectiva das sanções, de forma a reduzir significativamente o tempo que decorre entre a prática da infracção e a aplicação da sanção.

Quadros de pessoal das salas de jogos dos casinos

Outra Proposta de Lei, autoriza o Governo a legislar sobre as condições de recrutamento e de acesso aos quadros de pessoal das salas de jogos dos casinos.

A aprovação da presente proposta de lei torna-se necessária em virtude de o Acórdão n.º 197/2000, do Tribunal Constitucional, ter declarado a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, de um conjunto de competências instrumentais ligadas à passagem de carteiras profissionais pelo Sindicato dos Profissionais de Banca nos Casinos, designadamente, no que

concerne ao processo de avaliação que viabiliza o acesso à profissão de “empregado de banca dos casinos”

O diploma agora aprovado pelo Governo visa, pois, suprir a situação de vazio normativo existente que resulta daquela declaração de inconstitucionalidade, na medida em que, não tendo sido abolida, continua a ser necessária a carteira profissional para o exercício da profissão em causa, tendo, por outro lado, deixado de estar regulamentada a forma como se realizam os exames que habilitam os candidatos à posse daquele documento.

Cooperação Jurídica e Judiciária com Cabo Verde

Aprovada uma Proposta de Resolução que aprova o Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado na Praia, em 2 de Dezembro de 2003.

O presente Acordo privilegia os contactos directos entre tribunais ou entre autoridades centrais, agilizando todos os pedidos de cooperação e contempla a utilização de novas tecnologias para transmissão ou recepção dos pedidos de cooperação (videoconferência, transmissão de actos e documentos por via electrónica, etc.). O documento trata, igualmente, de matérias não reguladas pelo Acordo anterior, de 1976, como a transferência de pessoas condenadas, ou aprofunda outras que se encontravam reguladas de forma insuficiente (extradição, auxílio judiciário mútuo em matéria penal, cooperação judiciária em matéria civil, entre outras). O Acordo vai ainda potenciar a reinserção social dos reclusos, ao possibilitar o cumprimento de pena em ambiente de proximidade familiar.

Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado

Também foi acordada uma Proposta de Resolução que aprova, para adesão, o Primeiro Protocolo à Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado adoptado na Haia, em 14 de Maio de 1954.

Considera-se de todo o interesse a adesão ao Primeiro Protocolo à referida Convenção, o qual regula, em caso de ocupação militar, a relação entre os Estados quanto à circulação de bens culturais em caso de conflito armado, comprometendo-se as Partes contratantes a manter a integridade dos mesmos e a não afectar a sua posterior restituição ou reintegração.

O Protocolo desenvolve, igualmente, mais algumas situações de respeito pelos bens culturais, já objecto do artigo 4.º da Convenção.

Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros

Outra Proposta de Resolução aprova, para adesão, o Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros, concluído em Bruxelas, a 26 de Junho de 1999.

Trata-se de um instrumento de direito internacional que visa adaptar a referida convenção às exigências do processo de globalização dos mercados, nomeadamente, em matéria de facilitação do comércio, tema constante do projecto de agenda do ciclo de negociações comerciais multilaterais, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, e da concomitante necessidade de modernização das Alfândegas, especialmente nos países em desenvolvimento.

Estatuto do pessoal destacado no Estado-Maior da União Europeia

Ainda uma Proposta de Resolução aprova, para ratificação, o Acordo entre os Estados-Membros da União Europeia relativo ao estatuto do pessoal militar e civil destacado no Estado-Maior da União Europeia, dos quartéis-generais e das forças que poderão ser postos à disposição da União Europeia no âmbito da preparação e da execução das operações referidas no n.º 2 do artigo 17.º do Tratado da União Europeia, incluindo exercícios, bem como do pessoal militar e civil dos Estados-Membros da União Europeia destacado para exercer funções neste contexto (U.E.-SOFA), assinado em Bruxelas, em 17 de Novembro de 2003.

Esta iniciativa enquadra-se no reforço da Política Europeia de Segurança e Defesa, nomeadamente à luz das diversas missões militares e civis da União Europeia e do aumento das capacidades na área da gestão de crises.

Alteração ao Acordo Constitutivo do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento

O Conselho acordou numa Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, a alteração do Artigo 1.º do Acordo Constitutivo do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), que visa admitir a Mongólia como país beneficiário, conforme Resolução n.º 90, de 30 de Janeiro de 2004, aprovada pelo Conselho de Governadores do Banco.

Conselho de Ministros

O BERD foi criado em 1991, tendo por objecto, conforme estipulado pelo Artigo 1.º do Acordo Constitutivo, contribuir para o progresso e a reconstrução económica dos países da Europa Central e Oriental que se comprometam a respeitar e aplicar os princípios de democracia multipartidária, do pluralismo e da economia de mercado, favorecendo a transição das economias desses países para economias de mercado e neles promover a iniciativa privada e o espírito empresarial.

Alterações à Constituição da Organização Mundial de Saúde

Uma Proposta de Resolução aprova, para ratificação, as emendas aos artigos 7.º, 24.º, 25.º e 74.º da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adoptadas, em Genebra, respectivamente, em 1965, 1998 e 1978, no decurso da 18.ª, 51.ª e 31.ª Sessões da Assembleia Mundial de Saúde.

A emenda ao artigo 7º confere à Assembleia autoridade para suspender ou excluir da OMS os Estados Membros que não observem os princípios humanitários e os objectivos da Constituição desta Organização, praticando deliberadamente uma política de discriminação racial.

As emendas aos artigos 24.º e 25.º referem-se à composição do Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde. Estas emendas traduzem-se no aumento, de 32 para 34, do número de Membros do Conselho Executivo da OMS, justificado pelas crescentes responsabilidades da Organização, sendo um dos novos lugares atribuídos à região Europa.

A emenda ao artigo 74º visa a adopção da versão árabe da Constituição da OMS.

Pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Aprovado um Decreto-Lei que prevê, para o ano escolar de 2004-2005, procedimentos específicos no âmbito do regime de concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Constitui prioridade imediata do XVI Governo Constitucional garantir a colocação dos educadores e professores, de modo a que no início do ano lectivo, previsto para 16 de Setembro próximo, os estabelecimentos de educação e ensino funcionem com os recursos humanos adequados.

Este diploma estabelece, com carácter transitório, para o ano escolar de 2004-2005, procedimentos específicos no âmbito dos concursos de afectação e destacamento e determina a inaplicabilidade, no ano escolar de 2004-2005, dos procedimentos previstos nos nºs 1 a 7 do artigo 37.º, nºs 1 a 6 do artigo 42.º e nos artigos 19.º, 20.º e 58.º do Decreto-Lei n.º 35/2003, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 18/2004, de 17 de Janeiro.

Conselho de 19 de Agosto

Impacto do aumento de preço dos combustíveis

O terceiro Conselho do mês, também no edifício da Presidência, analisou uma exposição do Ministro de Estado das Actividades Económicas e do Trabalho sobre o impacto do preço dos combustíveis na economia nacional e, particularmente, no sector dos transportes. Na sequência da análise feita, o Ministro de Estado das Actividades Económicas e do Trabalho foi mandatado para coordenar os trabalhos que conduzam à apresentação, no prazo de 60 dias, de um relatório sobre a matéria, o qual deve traduzir um levantamento completo e rigoroso da situação e apresentar soluções, nomeadamente, nos domínios das energias alternativas e do uso racional da energia. Nesta tarefa participarão a Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior e os Ministros das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, da Agricultura, Pescas e Floresta, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ainda do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Abertura do ano lectivo no Ensino Superior

Outro tema analisado na primeira parte da reunião do Conselho de Ministro foi o da abertura do ano lectivo no Ensino Superior. O Governo assegura que o início das aulas neste sector do ensino se fará, este ano, mais cedo do que vem sendo habitual. Pela primeira vez, as aulas vão começar em simultâneo para os alunos que se candidataram nas 1ª e 2ª fases de acesso ao Ensino Superior. Assim, o ano lectivo terá início logo após o anúncio dos resultados da 2ª fase, o qual será feito no dia 6 de Outubro próximo.

Transposições de Directivas europeias para a

Legislação Nacional

Após estas análises, o Conselho aprovou um Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/115/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Dezembro de 2003, que altera a Directiva n.º 94/35/CE relativa aos **edulcorantes para utilização nos géneros alimentícios**, primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 394/98, de 10 de Dezembro.

Este diploma aprova novos edulcorantes que podem ser utilizados nos géneros alimentícios, a sucralose e sais de aspartamo e acessulfame e reduz as doses máximas de utilização de ácido ciclâmico e dos respectivos sais de sódio e de cálcio nas bebidas aromatizadas à base de água, com baixo valor energético ou sem adição de açúcares, e igualmente nas bebidas à base de leite e produtos derivados ou de sumos de fruta, com baixo valor energético ou sem adição de açúcares; Suprimem-se algumas categorias de géneros alimentícios e respectivas doses máximas de utilização e adapta-se a designação de determinadas categorias de alimentos.

Por Decreto-Lei é transposta para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/126/CE, da Comissão, de 23 de Dezembro de 2003, relativa ao **método analítico para a determinação de constituintes de origem animal** no quadro do controlo oficial dos alimentos para animais, revogando o Decreto-Lei n.º 46/99, de 12 de Fevereiro.

No presente diploma é estabelecido como princípio que os produtos destinados à alimentação animal devem ser de qualidade sã e íntegra e, conseqüentemente, não devem representar, quando correctamente utilizados, qualquer perigo para a saúde humana ou animal ou para o ambiente, nem ser susceptíveis de afectar negativamente a produção pecuária.

Proíbe-se, portanto, a utilização de certos tipos de proteínas animais em alimentos destinados a determinadas categorias de animais, o que determina a existência de métodos analíticos fiáveis para detectar a presença e, se for caso disso, a percentagem dessas proteínas.

Exclusão de parcelas do regime florestal

Um Decreto exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno com a área de 12000 m2, situada no lugar de Alto da Bouça, freguesia de Telões, município de Vila Pouca de Aguiar, integrada no **Perímetro Florestal do Alvão**.

A referida parcela de terreno destina-se à construção urbana, conforme deliberação da Assembleia de Compartes dos Baldios de Telões, Pontido e Castelo, tomada a 18 de Agosto de 2002.

Outro Decreto exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno com a área de 1200 m2, situada no lugar de Assureira, freguesia de Salvador, município de Ribeira de Pena, integrada no **Perímetro Florestal de Ribeira de Pena**.

A referida parcela de terreno destina-se à construção de uma habitação, conforme deliberação da Assembleia de Compartes dos Baldios da freguesia de Salvador, tomada a 16 de Março de 2003.

Ainda um Decreto exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno com a área de 157 417,94 m2, situada no lugar de Vasconha, freguesia de Queirã, município de Vouzela, integrada no Perímetro Florestal da Penoita.

A parcela de terreno em questão destina-se à construção de um pólo industrial, que será objecto de um Plano de Pormenor.

Por Decreto é excluído do regime florestal parcial uma parcela de terreno com a área de 10,5 hectares, situada no município de Mira, integrada no Perímetro Florestal das Dunas e Pinhais de Mira.

A referida parcela de terreno é propriedade da Câmara Municipal de Mira e destina-se à realocação de um campo de tiro já existente e que actualmente se encontra cedido à Associação de Caçadores de Mira. Tratando-se da realocação de um campo de tiro já existente, a área de 10,5 hectares destina-se apenas à implantação de novas infra-estruturas.

Acordo com Moçambique sobre Ensino Superior, Ciência e Tecnologia

Foi aprovado por decreto o Acordo de nos domínios do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, assinado em Maputo, em 29 de Março de 2004.

O Acordo agora aprovado pelo Conselho de Ministros tem por objectivo promover a cooperação entre Portugal e Moçambique nos domínios do ensino superior, ciência e tecnologia, através da colaboração das competentes instituições dos dois países.

Convenção com Angola, sobre Segurança Social

Por Decreto, foi aprovada a Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Angola, assinada em Luanda, em 27 de

Conselho de Ministros

Outubro de 2003.

A Convenção em apreço tem como objectivo regular as relações entre ambos os países em matéria de segurança social, de modo a garantir a protecção dos nacionais portugueses e angolanos que estiveram, estejam e venham a estar sujeitos às respectivas legislações e estabelecendo os princípios clássicos da coordenação internacional de legislações de segurança social, designadamente os da igualdade de tratamento e da conservação dos direitos adquiridos e em formação.

Pretende-se com este instrumento garantir a protecção social, contínua e adequada, dos nacionais de cada um dos países que exerçam actividade profissional no território do outro país, promovendo-se, assim, a sua integração nas sociedades de acolhimento.

Convenção de Roterdão relativa a Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos

Um Decreto aprova a Convenção de Roterdão relativa ao Procedimento de Prévia Informação e Consentimento para Determinados Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional, assinada em 11 de Setembro de 1998, em Roterdão.

A Convenção tem por objectivo, ao nível internacional, promover a responsabilidade partilhada e os esforços de cooperação entre as partes no comércio internacional de determinados produtos químicos perigosos, de forma a proteger a saúde humana e o ambiente dos perigos potenciais e a contribuir para a sua utilização ambientalmente sã. Pretende-se igualmente facilitar o intercâmbio de informação sobre as suas características, promovendo um processo nacional de tomada de decisão sobre as suas importações e exportações e divulgando estas decisões pelas partes.

Acordo com a Líbia sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos

Por Decreto, foi aprovado o Acordo entre a República Portuguesa e a Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado em Sirte, a 14 de Junho de 2003.

O Acordo tem como principal objectivo encorajar e proteger, nos respectivos territórios nacionais, a realização de investimentos por investidores da outra Parte Contratante. O Governo teve em conta o actual quadro económico internacional, reconhecendo o papel desempenhado pelos fluxos de investimento no reforço da cooperação económica e na promoção da prosperidade dos dois países. Considerou-se ainda o quadro de cooperação mediterrânica, onde os dois países têm desenvolvido esforços conjuntos no sentido de reforçar a cooperação existente.

“Globalia” ganha concurso público para aquisição de 51% da “Handling”

Uma Resolução do Conselho determinou o concorrente vencedor, do concurso público internacional relativo à alienação pela TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. de um lote indivisível de acções nominativas da sociedade Serviços Portugueses de Handling, S.A.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2003 foi aprovada a alienação, mediante concurso público internacional, de um lote indivisível de 400 800 acções nominativas do tipo A, representando 50,1% do capital social da sociedade Serviços Portugueses de Handling S. A. (SPdH, S.A.). Agora, feita a apreciação individualizada de cada uma das propostas finais, constante do ponto IV do Relatório Final do Júri, em que se baseou a referida apreciação global dessas propostas, ficaram reunidas as condições para se proceder à aprovação das conclusões do referido Relatório, no sentido de ordenar em primeiro lugar a proposta da Globalia Corporación Empresarial, SA. (Globalia), acolhendo, integralmente a fundamentação apresentada, sem prejuízo das considerações expostas pelos outros concorrentes, e no mesmo ponderadas, tendo, para o efeito, presente, de acordo com as referidas conclusões, designadamente o seguinte:

- A estratégia consistente de crescimento conjunto SPdH, S.A./Globalia, numa lógica de parceria, que tal proposta evidencia;
- A autonomia de gestão assegurada à SPdH, S.A.;
- A satisfação dos objectivos minimamente pretendidos em sede de modelo de governo de sociedade e protecção de interesses minoritários;
- O preço final oferecido, resultante da negociação nos termos do artigo 25.º do caderno de encargos.

Plano Nacional de Protecção Radiológica e Segurança

Nuclear

Uma Resolução do Conselho cria um grupo de trabalho para a elaboração do Plano Nacional de Protecção Radiológica e Segurança Nuclear.

A presente Resolução determina a elaboração, no prazo de dois meses, do Plano Nacional de Protecção Radiológica e Segurança Nuclear, que identifique as medidas adequadas à coordenação e ao exercício eficaz e eficiente das funções de regulamentação, licenciamento, monitorização, fiscalização e outras relevantes para o cumprimento das obrigações internacionais e comunitárias. Para elaborar o referido Plano, é criado um grupo de trabalho.

Suspensão parcial do Plano Director Municipal da Lousã

Uma Resolução do Conselho ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal da Lousã, pelo prazo de dois anos, para a área a abranger pelo futuro Plano de Pormenor da Zona da Rua de Coimbra – Avenida D. Manuel I, bem como as medidas preventivas para a mesma área e pelo mesmo prazo.

O Governo resolveu ratificar a suspensão parcial do Plano Director Municipal da Lousã e o estabelecimento das medidas preventivas para a mesma área, de modo a possibilitar que a nova rede viária contemple uma variante que constitua alternativa à Estrada Nacional 236, a ser executada entre a Lousã e a Estrada Nacional 17, e permita a ligação entre a nova estrutura viária e o interior do núcleo urbano da Lousã.

Pretende-se, assim, valorizar a entrada da Vila da Lousã, privilegiando a habitação e o comércio, prevendo as necessárias infra-estruturas de suporte, contribuindo para a vivificação do referido eixo urbano, bem como para a sua vocação como nova centralidade, estando em elaboração, para a referida área, o Plano de Pormenor da Zona da Rua de Coimbra – Avenida D. Manuel I.

Mais 5 milhões para as vítimas dos incêndios

Por Resolução do Conselho é estabelecido um conjunto de medidas e apoios excepcionais, destinados a fazer face às consequências dos incêndios verificados desde Junho de 2004.

Considerando o carácter de urgência das medidas que se impõem, tendo em vista atenuar os efeitos da devastação provocada pelos incêndios, foi feito um primeiro levantamento da situação, que revelou avultados prejuízos pessoais e patrimoniais, bem como em povoamentos florestais, culturas permanentes, áreas de pastoreio, efectivos animais infra-estruturas e equipamentos agrícolas. Face a estas conclusões, e atendendo à gravidade das situações nas zonas afectadas, entende o Governo ser necessário a adopção de medidas adequadas, por razões humanitárias e de solidariedade, com o objectivo de minimizar os prejuízos sofridos e de acelerar o processo de normalização da vida das comunidades e famílias vítimas dos incêndios. Assim, sem prejuízo da adopção eventual de outras medidas, com base no resultado definitivo do levantamento em curso, impõe-se, desde já, implementar um conjunto de acções urgentes, de curto prazo, que minimizem os efeitos negativos decorrentes dos incêndios. Neste sentido, a presente Resolução prevê medidas e apoios excepcionais, destinados a fazer face às consequências dos incêndios verificados desde Junho de 2004.

Assim, no domínio social, designadamente: ajudas às famílias e aos pensionistas que perderam as suas fontes de rendimento, através do pagamento imediato de subsídios de natureza complementar e outros apoios sociais de carácter eventual. No domínio das actividades agrícolas e florestais: um conjunto de medidas de apoio aos agricultores e produtores nos sectores agro-pecuário e florestal. O diploma contempla ainda:

- Disponibilizar, desde já, um montante de 5,5 milhões de euros, sendo 2 milhões de euros da dotação provisional do Ministério das Finanças e 3,5 milhões de euros do Programa AGRO do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas, para apoio aos agricultores afectados pelos incêndios verificados desde Junho de 2004;

- Determinar que os critérios de atribuição de apoios às vítimas dos incêndios privilegiam, obrigatoriamente, as situações de maior carência e aquelas cujos prejuízos não possam ser, de outra forma, atenuados, cujos valores acrescem ao montante acima referido e que são assegurados pelo Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança;

- Determinar que as demais regras de atribuição do apoio são definidas por Despacho Normativo dos membros do Governo competentes em razão da matéria.

O Conselho deliberou ainda, por proposta do Ministro da Administração Interna, manifestar a sua confiança em todos os Governadores Civis actualmente em funções.

Conselho de Ministros

Conselho de 27 de Agosto

Este Conselho reuniu no edifício da Presidência e aprovou os seguintes diplomas:

Convenção sobre o Direito relativo à Utilização dos Cursos de Água Internacionais

Proposta de Resolução que aprova a Convenção sobre o Direito relativo à Utilização dos Cursos de Água Internacionais para Fins Diversos dos de Navegação, adoptada em 21 de Maio de 1997.

A Convenção agora aprovada estabelece um conjunto vasto de regras para a utilização dos cursos de água internacionais, tendo como objectivo a protecção ambiental desses mesmos cursos de água e o acautelar da partilha de direitos dos vários Estados ribeirinhos.

Impõe a cada Estado ribeirinho a obrigação de informar atempadamente os outros Estados sobre a intenção de realizar todo o tipo de intervenção que, de alguma forma, possa afectar ou alterar o curso de água partilhado.

Fica, também, clara, a obrigação de partilha de informação por parte dos Estados ribeirinhos de um curso de água internacional.

Agência Espacial Europeia

Foi aprovada uma Proposta de Resolução que aprovará, para ratificação, o Acordo entre os Estados Parte da Convenção para o estabelecimento da Agência Espacial Europeia (AEE) e para a protecção e troca de informação classificada, feito em Paris, em 19 de Agosto de 2002.

O Acordo estabelece os padrões mínimos de segurança, a serem cumpridos pelos Estados Membros, para protecção e salvaguarda da informação classificada trocada no âmbito dos programas da AEE, nomeadamente, prevendo a necessidade de atribuição de credenciação de segurança como condição indispensável ao acesso à informação classificada e os procedimentos a seguir em caso de comprometimento dessa informação.

Transposição de directivas da CE

Um Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2003/97/CE e 2003/102/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 e 17 de Novembro de 2003, respectivamente, na parte que se refere à **homologação CE de modelo de automóveis e reboques, seus sistemas, componentes e unidades técnicas.**

O presente Decreto-Lei visa alterar o “Regulamento da Homologação CE de Modelo de Automóveis e Reboques, Seus Sistemas, Componentes e Unidades Técnicas”; a fim de reduzir o número de acidentes nas estradas da Comunidade. Nesse sentido o diploma deve ser considerado como um elemento de um conjunto mais amplo de medidas a tomar pela Comunidade, pela indústria e pelas autoridades competentes dos Estados-membros, com base no intercâmbio das melhores práticas, de modo a resolver os problemas da segurança dos peões e outros utentes rodoviários, antes da colisão (segurança activa), em caso de colisão (segurança passiva) e depois da colisão, no que diz respeito aos utentes da estrada, aos veículos e à infra-estrutura.

Centro Histórico de Avis

Um Decreto declara “área crítica de recuperação e reconversão urbanística” o Centro Histórico de Avis e concede ao município de Avis o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos ou edifícios situados naquela área, para viabilizar a respectiva reabilitação e reconversão.

Ratificação parcial do Plano de Urbanização de Cête/Parada

Uma Resolução do Conselho ratifica parcialmente o Plano de Urbanização de Cête/Parada, no município de Paredes.

Pretende-se com a ratificação do presente Plano de Urbanização reforçar as potencialidades relativas à estrutura urbana e à rede viária, atendendo a todas as condicionantes do uso do solo, estabelecendo uma proposta de ordenamento e de gestão do território mais eficaz e adequada às pretensões do município.

Plano Director Municipal de Ponte da Barca

Outra Resolução do Conselho ratifica a suspensão parcial do Plano

Director Municipal de Ponte da Barca.

O Governo resolveu ratificar a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Ponte da Barca, pelo prazo de 5 anos, face à necessidade demonstrada pelo município de definir uma nova localização industrial, estrategicamente enquadrada na renovada realidade regional, devidamente planeada e infra-estruturada, de forma a incentivar a instalação de mais unidades industriais.

Reserva Ecológica Nacional no município de Almodôvar

Por Resolução do Conselho é aprovada a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Almodôvar, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/97, de 10 de Setembro.

A presente alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional, para a área do município de Almodôvar, enquadra-se no processo de alteração de âmbito limitado do Plano Director Municipal de Almodôvar.

Plano Director Municipal de Benavente

Outra Resolução do Conselho ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Benavente, pelo prazo de dois anos e o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área e pelo mesmo prazo.

A aprovação do presente diploma decorre da necessidade de criar condições para a ampliação das instalações de uma unidade fabril, que se dedica à produção de radiadores e intercoolers para a indústria automóvel, essencialmente para exportação, empregando cerca de 385 trabalhadores altamente qualificados. Esta empresa, para se adaptar às novas regras da concorrência do mercado internacional e comunitário, necessita de construir uma linha de fabrico específica, cujo interesse económico foi reconhecido por despacho do Ministro da Economia do XV Governo Constitucional.

Perspectiva-se ainda que o desenvolvimento da indústria em questão terá um importante impacte estratégico a nível económico na região, até para outras empresas, pelo que se verificam circunstâncias excepcionais resultantes da alteração significativa da possibilidade de desenvolvimento económico e social local, incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no Plano Director Municipal de Benavente em vigor.

Plano Director Municipal do Porto

Ainda uma Resolução do Conselho ratifica a prorrogação, por mais um ano, do prazo de vigência das medidas preventivas estabelecidas para a área de intervenção da revisão do Plano Director Municipal do Porto, ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2002, de 15 de Outubro.

A prorrogação, por um ano, do prazo daquelas medidas preventivas torna-se indispensável, nos termos legais, de forma a dar cumprimento aos objectivos que determinaram o seu estabelecimento inicial, de modo a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a respectiva execução.

Hospital de Cascais em Alcabideche

Por Resolução do Conselho de Ministros é desafectado do domínio público militar e integrada no domínio privado do Estado o Prédio Militar n.º 25/Cascais, designado “Bateria de Alcabideche”, no município de Cascais.

Na sequência da reforma do Serviço Nacional de Saúde está prevista a construção de um novo hospital em Cascais, cujo terreno aprovado para essa implantação engloba uma parcela do prédio militar n.º 25/Cascais – Bateria de Alcabideche. Torna-se, assim, necessário, no contexto da racionalização e redimensionamento operados no sector da Defesa Nacional, desenvolvendo uma política de reaproveitamento de imóveis militares excedentários ou inadequados por reinvestimento do respectivo produto, desafectar do domínio público militar e integrar no domínio privado do Estado, afecto ao Ministério da Defesa Nacional, o referido prédio e permitir, com oportunidade, a sua reafectação ao Ministério da Saúde.

Novo gestor do Programa Operacional da Saúde

Uma Resolução do Conselho exonera o actual e nomeia o novo gestor do Programa Operacional da Saúde.

Através da presente Resolução, o Governo nomeou, como nova gestora da Intervenção Operacional de Saúde, a Mestre Maria Hermínia Cabral de Oliveira. – **Fonte: Portal do Governo**



Notícias dos Açores

Victor Cruz anuncia, no Faial, a intenção de aumentar pensões aos idosos e aos inválidos



O líder do PSD açoriano, Victor Cruz, na sua última visita às várias ilhas dos Açores antes do período de férias, esteve na Ilha do Faial, onde teve ocasião de afirmar que uma das primeiras medidas do Governo Regional da “Coligação Açores” será o aumento das pensões de invalidez e velhice. Victor Cruz, que falava na sequência da sua visita aos Centros de Convívio de Idosos da Matriz da Horta e dos Flamengos, garantiu que este é “um compromisso de honra para cumprir logo após a vitória” nas eleições regionais do próximo mês de Outubro.

O aumento das pensões de invalidez e velhice “será concretizado já no próximo ano” com um Governo Regional presidido por Victor Cruz, até porque, segundo o próprio candidato, “o PSD quer realizar no governo o que já tentou e não conseguiu na oposição”. No início da actual legislatura, em Outubro de 2001, o PSD apresentou uma proposta de decreto legislativo regional que actualizava o complemento de pensão, para 2002, em 41,9 euros (8.400\$00), “mas esta proposta foi chumbada pela actual maioria absoluta do Partido Socialista”, recordou, afirmando que, em sua opinião, “isto significa que os nossos idosos recebem menos com um governo do PS do que receberiam com um governo liderado pelo PSD”.

Victor Cruz considerou que “os idosos açorianos merecem melhor” e que o aumento das reformas para níveis mais dignos e compatíveis com as suas necessidades “é uma medida de grande alcance social”, dado que 37.474 pensionistas nos Açores recebem o complemento de pensão regional. Na sua opinião, “há idosos nos Açores que têm pensões de miséria que mal chegam para pagar os cuidados de saúde, especialmente os

medicamentos”, pelo que “não podemos continuar com este estado de coisas”.

Os últimos censos indicam que 13% da população açoriana se situa na faixa etária dos 65 e mais anos de idade. Para Victor Cruz, “temos um grande desafio perante nós” e “temos que mudar de mentalidade e de atitude na nossa relação com os idosos”. Citando o Bispo de Angra, D. António Sousa Braga, o presidente do PSD concordou que temos de apostar “na valorização da dignidade e potencialidade” da terceira idade nos Açores.

Na Ilha de São Jorge: grandes obras de interesse público

A ampliação do aeroporto de S. Jorge, do porto comercial das Velas e do porto do Topo foram as três obras anunciadas por Victor Cruz no decorrer desta visita, agora já na ilha de S. Jorge. Victor Cruz garantiu assim que o Governo Regional liderado pelo PSD vai desenvolver um investimento “muito significativo” na melhoria das acessibilidades que servem os dois concelhos jorgenses, ao nível das ligações aéreas e marítimas de passageiros e mercadorias.

As três grandes obras que o líder social-democrata açoriano se propõe realizar nos próximos anos, entre outras a anunciar oportunamente, constituem uma “aposta estratégica no desenvolvimento sócio-económico” de S. Jorge, com “benefícios evidentes para a dinamização do mercado local e para a captação de novos fluxos turísticos”.

A concretização deste objectivo, na opinião de Victor Cruz, passa pela melhoria das condições de operacionalidade e segurança das actuais infraestruturas aeroportuárias e portuárias da ilha.

Aproveitando a circunstância de se ter deslocado, num único dia, ao Faial, Pico e S. Jorge, o presidente do PSD/Açores enalteceu as potencialidades das “Ilhas do Triângulo”, que “merecem uma verdadeira cooperação entre os poderes regional e local para incrementar um maior intercâmbio social, cultural e económico com especial impacto ao nível turístico”. Victor Cruz considerou que cada uma das três ilhas apresenta especificidades próprias que “não podem deixar de ser reconhecidas e aprofundadas”, mas acrescentou que “isso é conciliável com um maior investimento conjunto que interesse a todos”.

A modernização do transporte marítimo de passageiros no arquipélago em geral e, em especial, nas “Ilhas do Triângulo” é encarada por Victor Cruz como um “contributo essencial” para o desenvolvimento individual e colectivo do Faial, Pico e S. Jorge.

Duarte Freitas, Victor Cruz encontrou-se com os presidentes das Câmaras Municipais de Velas e Calheta, António Silveira e Duarte Silveira, e participou nas comemorações populares do “Festival de Julho”.

30 Medidas para uma política governamental ao serviço das famílias

Um Governo Regional presidido por Victor Cruz vai generalizar o regime de horário flexível, ao nível da administração pública, com o objectivo de reforçar a conciliação da vida familiar com o trabalho. Esta foi uma das 30 medidas para uma política governamental ao serviço das famílias que o presidente do PSD/Açores apresentou ontem à noite num colóquio realizado na cidade da Horta.

Victor Cruz anunciou também que o seu governo vai “estimular e apoiar a flexibilidade dos horários de funcionamento das creches e jardins-de-infância”, bem como “apostar na formação de recursos humanos dinamizadores de actividades pós-escolares” para as crianças açorianas.



Esta aposta do Governo Regional da “Coligação Açores” permitirá “incrementar um maior investimento público e privado nas três ilhas”, designadamente, através da já anunciada criação de Sociedades de Desenvolvimento.

A deslocação às ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, do candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional, permitiu a realização de diversos contactos políticos e populares. Na sua visita de sábado aos dois concelhos jorgenses, acompanhado pelo deputado europeu

Promover condições de conciliação das responsabilidades familiares e profissionais constitui o objectivo central destas novas propostas reveladas pelo líder da “Coligação Açores” na sua intervenção de encerramento do colóquio sobre política de família, que reuniu dezenas de pessoas no auditório do Teatro Faialense, entre personalidades independentes e militantes ou simpatizantes do PSD e do CDS-PP.

O candidato a Presidente do Governo Regional quer criar

Notícias dos Açores (Conclusão)

Prioridades para a ilha de São Jorge são a ampliação do Aeroporto e dos portos de Velas e Topo



programas, projectos e acções que reconheçam e valorizem a importância da família na sociedade e, para isso, propõe-se garantir a integração e articulação das diferentes políticas sectoriais com incidência no plano familiar.

O programa eleitoral de governo da “Coligação Açores” vai defender o incentivo ao associativismo familiar e a melhoria das condições de apoio logístico às famílias que acompanham nas suas residências doentes crónicos ou pessoas portadoras de deficiência. Reconhecer o valor económico do trabalho doméstico, da função educativa e da prestação de cuidados a idosos ou a pessoas portadoras de deficiência é outro dos objectivos estratégicos da nova política para a família.

Victor Cruz anunciou igualmente que o Governo Regional liderado pelo PSD vai apoiar acções de voluntariado social que visem o apoio a famílias fragilizadas e criar centros de apoio e de aconselhamento para famílias em cujos agregados familiares estejam presentes situações de insucesso escolar, toxicoddependência, alcoolismo, violência doméstica e pequena criminalidade. O candidato quer também criar sistemas de discriminação positiva das famílias que tenham a seu cargo o apoio a idosos no seu agregado familiar e apoiar as autarquias locais na promoção de acções integradas na política familiar.

A política social do Governo Regional da “Coligação Açores” passará igualmente pela definição de regras e sistemas de apoio a prestar a instituições privadas que se dediquem à actividade de apoio a

crianças e jovens nos períodos pós escolares e durante a interrupção das actividades lectivas. Além disso, será criado um sistema de acreditação de amas e instituições particulares que se dediquem à prestação de serviços relacionados com a ocupação de tempos livres de crianças e jovens ou com a realização de actividades extracurriculares, de modo a assegurar a qualidade dos serviços prestados e da formação ministrada.

Plano regional de luta contra a violência doméstica e familiar

Se vencer as eleições regionais de Outubro, Victor Cruz vai instituir o Plano Regional de Luta contra a Violência Doméstica e Familiar, em parceria com as demais entidades públicas responsáveis, criando um organismo dotado de meios eficazes para detectar situações de risco e situações de maus-tratos infligidos a crianças e idosos e habilitando essa entidade com poderes para adoptar medidas de urgência e de encaminhamento institucional. Paralelamente, será dinamizado um programa de sensibilização e formação de combate a situações de maus-tratos familiares e aumentará o apoio, protecção e segurança das pessoas que são vítimas de violência doméstica.

Dinamizar o associativismo representativo dos interesses da família e promotores da defesa dos valores familiares é outro objectivo estratégico da política social do PSD, que se propõe implementar um programa de sensibilização e criar núcleos de aconselhamento destinados a prevenir o sobre

endividamento das famílias, visando a adopção de condutas conducentes a uma economia doméstica equilibrada e a um consumo consciente.

Victor Cruz assumiu também o compromisso de, enquanto Presidente do Governo Regional, combater a exclusão e a solidão dos mais idosos, incentivando e apoiando as famílias que privilegiem a manutenção dos idosos em casa. O seu governo vai ainda apoiar as iniciativas e os projectos de âmbito local que desenvolvam actividades e prestem serviços de apoio a pessoas idosas, incluindo o apoio domiciliário, acompanhamento e actividades de lazer, bem como

novas tecnologias e promover a sua utilização no ambiente familiar e doméstico.

O novo parlamento açoriano

O novo parlamento açoriano, que é eleito a 17 de Outubro, vai manter os 52 lugares da assembleia cessante. O mapa de distribuição de mandatos pelos nove círculos constituídos para o sufrágio vai ser publicado em Diário da República no dia 23 e tem em conta o recenseamento de Junho, em que estavam inscritos nas ilhas 187.765 eleitores, adiantou a mesma fonte.



promover a formação credenciada de ajudantes familiares que prestem cuidados a idosos.

Apoiar campanhas sobre a importância de partilha das responsabilidades familiares e domésticas foi outra das medidas apresentadas, a par da consciencialização das famílias para as respectivas responsabilidades na educação para a saúde, divulgando informação sobre a prevenção de acidentes domésticos, segurança rodoviária, doenças infecto-contagiosas, saúde oral, nutrição, segurança, higiene e saúde no trabalho e estilos de vida saudável.

A “Coligação Açores” defende também a necessidade de apoiar os projectos e iniciativas de âmbito local que desenvolvam actividades e prestem serviços de apoio pedagógico a crianças e jovens ao domicílio ou em salas de estudo, bem como fomentar o interesse das famílias pela aprendizagem das

O número de mandatos no parlamento açoriano está dependente do total de eleitores recenseados, uma vez que cada círculo, correspondente a cada uma dos nove ilhas do arquipélago, elege dois deputados ao parlamento regional e mais um por cada seis mil eleitores ou fracção superior a mil.

A evolução no número de eleitores inscritos para as várias eleições do parlamento açoriano, as primeiras das quais em 1976, tem determinado um aumento do número de deputados, que atingiu um máximo de 52 nas regionais de 2000.

Com mais de metade dos inscritos, S. Miguel elege 19 deputados, dispondo a Terceira, a segunda mais populosa ilha açoriana, de dez mandatos.

Pico, Faial e S. Jorge, têm direito a quatro mandatos cada, as Flores, Graciosa e Santa Maria elege três e o Corvo, dois.

- PSD/Açores



Notícias da Distrital de Aveiro

Apoio político ao Governo e Autarquias defesa do Distrito e Autárquicas 2005 são as prioridades da distrital aveirense

Na vida da Distrital de Aveiro do PSD, o ano 2004 fica marcado de forma bem forte, pela inauguração e activação da sua nova e própria Sede Distrital, situada na zona do Centro Comercial Glicínias em Aveiro.

Na passagem dos 30 anos do PSD, a Comissão Política Distrital do PSD de Aveiro, viveu o dia 6 de Fevereiro passado, como um dia histórico com a inauguração da sua Nova Sede (a primeira em casa própria) e a realização de um mega-jantar (com cerca de 1700 pessoas), contando com a presença do Presidente do PSD.

Na zona do Centro Comercial Glicínias, em Aveiro, foi descerrada a placa da inauguração na sala de reuniões da nova Sede Distrital, após a visita às instalações que acolhem, além do PSD, os ASD, os TSD e a JSD do Distrito de Aveiro. Foi o corolário de um esforço de vários anos, com especial destaque para os últimos quatro anos, materializando um investimento de cerca de 200.000 euros, assumidos por receitas de campanhas de angariação de fundos e por um empréstimo bancário de longo prazo.

A Nova Fase da Vida do PSD

A Comissão Permanente Distrital do PSD de Aveiro deliberou em reunião extraordinária realizada nos últimos dias de Junho passado, tomar a seguinte posição pública sobre a situação política do PSD e de Portugal:

Manifestar o seu reconhecimento público ao Dr. Durão Barroso pelos relevantes serviços prestados ao PSD e a Portugal e desejar-lhe os maiores sucessos no exercício da importante função de Presidente da Comissão Europeia, que vai assumir como consequência da decisão unânime dos Estados Membros da União Europeia, o que honra de forma especial o próprio, Portugal e os Portugueses;

Declarar a sua determinação em contribuir para a eleição do Dr. Pedro Santana Lopes para Presidente do PSD, no respeito pelas normas estatutárias vigentes, e assumindo a opção óbvia e mais forte politicamente, para a gestão do futuro do PSD. Entendemos dever caber ao Dr. Pedro Santana Lopes, como novo Presidente do PSD, a responsabilidade de vir a assumir a função de Primeiro-Ministro de Portugal. Entendemos importante do ponto de vista político que, oportunamente e com a brevidade possível, se realize um Congresso Nacional do PSD para dar mais força política à nova liderança do Partido;

Defender publicamente a importância da manutenção da estabilidade política e governativa de Portugal, e a continuação da execução, do mandato recebido nas Eleições Legislativas de 2002 (como Partido mais votado), e do programa do Governo. O PSD está em condições de continuar a assumir a liderança do Governo de Portugal, nesta fase crucial da vida do nosso País, em plena legitimidade legal e política, e com o apoio de uma sólida maioria parlamentar;

Reiterar perante os Portugueses a nossa total confiança nas decisões do PSD (nomeadamente no que respeita ao seu Conselho Nacional), na gestão desta nova fase da sua vida como Partido e como Líder do Governo de Portugal. Sabemos estar à altura das responsabilidades e da nossa história de 30 anos ao serviço da democracia e de Portugal.

Notas de Referência para as Actividades da Distrital do PSD de Aveiro

A Distrital de Aveiro toma como principais referências para a sua actividade no futuro próximo, as seguintes:

- 1 - Acompanhamento e Apoio político ao Governo PSD / PP e aos Autarcas PSD.
- 2 - Defesa dos interesses de desenvolvimento do Distrito de Aveiro em questões de excepcional importância pendentes e/ou em desenvolvimento no âmbito da acção do Governo, destacando a gestão da Ria de Aveiro; despoluição da barrinha de Esmoriz; qualificação ambiental da Pateira de Fermentelos; construção do IC2, de Oliveira de Azeméis para Sul; construção do IC1, ligando Ovar, Estarreja e Albergaria-a-Velha; construção da ligação rodoviária Aveiro/Águeda
- E ainda: obras de remodelação e ampliação do Hospital Distrital de Aveiro; obras do IP5, IC1, Porto de Aveiro e Linha do Norte em Espinho.
- 3 - Gestão política da constituição das novas entidades intermunicipais (Grande Área Metropolitana de Aveiro).
- 4 - Gestão das Eleições Autárquicas 2005, tendo como objectivo manter as 12 Câmaras PSD e crescer, conquistando Câmaras do conjunto das 7 autarquias dirigidas por outras organizações partidárias.

– Fonte: Distrital de Aveiro

Comunicado da Comissão Política do PSD

Na sequência da declaração sobre Justiça, tornada pública pelo Primeiro-Ministro no dia 10 de Agosto, a Comissão Política do PSD reuniu na Sede Nacional, para analisar o assunto. No final da reunião, o vice-presidente do PSD, José Matos Correia, leu à Imprensa um comunicado, do seguinte teor:

«Na sua declaração ao País de ontem, o senhor Primeiro-Ministro formulou uma proposta de grande alcance político: a de que o Governo, a maioria parlamentar e a oposição, trabalhem conjuntamente na celebração de um acordo de regime em torno das grandes questões da Justiça em Portugal.

«O PPD/PSD revê-se inteiramente nessa proposta e congratula-se com o



facto de o senhor Primeiro-Ministro ter assim começado a concretizar, pela área da Justiça, a promessa feita aquando da apresentação do Programa de Governo de procurar estabelecer consensos alargados em áreas fundamentais do nosso regime político.

«A Justiça é, certamente, um dos domínios em que reformas urgentes, com profundidade e amplamente participadas se justificam. Pela importância que assume para a nossa vida em sociedade, para a garantia dos direitos de cada cidadão, para a normalidade da actuação dos agentes económicos.

«O PPD/PSD assumiu sempre uma posição de integral respeito pelo princípio da separação de poderes, que constitui um pilar essencial do Estado de direito democrático. À Política o que é da Política. À Justiça o que é da Justiça. É, assim, a ideia que nos conduz.

«O respeito integral por essa ideia não pode porém fazer-nos ignorar que se registam em Portugal problemas sérios no funcionamento da Justiça, que se repercutem negativamente no dia-a-dia das pessoas. Problemas que requerem urgentes intervenções legislativas, nomeadamente no plano do Código Penal e do Código do Processo Penal.

«O anterior Governo, consciente desse facto, tinha já aprovado importantes propostas nestes domínios, que entretanto caducaram por força da sua cessação de funções.

«O compromisso do senhor Primeiro-Ministro de que tais propostas – eventualmente com algumas alterações – serão apresentadas até à abertura do ano parlamentar é, pois, uma boa notícia para a Justiça portuguesa.

«O PPD/PSD manifesta, desde já, o seu total empenho em contribuir para a rápida concretização daquelas medidas legislativas e para fazer deste aspecto da reforma da Justiça uma das prioridades políticas da próxima sessão legislativa.

«O PPD/PSD e a maioria parlamentar trabalharão com seriedade e com determinação neste processo. Não será pois por nós que os consensos que a Justiça portuguesa requer e que o país exige se não construirão.» - CPN/PSD do Estado de Direito Democrático.

Notícias de Lisboa

Primeiro-Ministro felicita Presidente Está pronta a análise do EIA sobre o estudo ambiental do Marquês

O Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, endereçou uma carta ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na ocasião da confirmação pela Procuradoria-Geral da República da «integral legalidade da presença [do seu antigo Vice-Presidente, na edilidade lisboeta e anterior ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues] à frente dos destinos da cidade».

Na carta, Pedro Santana Lopes afirma ser «gratificante ver reiterado que procedemos com total respeito pelas normas do Estado democrático de Direito».

E continua: «Aproveito também a oportunidade para o felicitar, juntamente com a sua equipa autárquica, pelos resultados apurados recentemente pela tão credenciada agência de 'rating', Moody's, sobre as contas da câmara Municipal de Lisboa, que mantém a notação anterior de 'AA2' com 'performances orçamentais satisfatórias'».

«E esta notação é tanto mais de salientar quanto são reais as limitações existentes, quer por força da menor transferência de verbas provenientes do poder central, quer por causa das disposições legais que limitaram a capacidade de endividamento do poder local».

«Por isso e pensando no bem-estar dos cidadãos de Lisboa, principalmente nos mais desfavorecidos, venho, em nome do PD-PSD, desejar-lhe as maiores felicidades no seu trabalho, bem como a toda a equipa que dirige, na missão que têm a vosso cargo».

Esta carta foi enviada no passado dia 18 de Agosto. – R. Publ. PSD

**F i c o u
concluída em
Agosto a
análise do
estudo de
impacto
ambiental do
«Túnel do
Marquês»**

O Estudo de Impacte Ambiental do Túnel do Marquês (EIA) foi analisado por uma comissão de avaliação que deve apresentar um relatório por estes dias, conforme divulgou, no passado dia 18, o Ministério do Ambiente.

O EIA, realizado pela empresa Inovação e Projectos em Ambiente (IPA), foi entregue pela Câmara de Lisboa ao Instituto de Ambiente no final de Julho, depois do Tribunal Administrativo de Lisboa ter determinado à autarquia a apresentação daquele estudo.

Será assim conhecido, se o EIA está de acordo com a legislação, segundo o relatório a apresentar pela comissão de avaliação, composta por elementos da IPA (Instituto Português do Património Arquitectónico), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Instituto Nacional da Água.

Em comunicado, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território informou que à análise do EIA segue-se uma avaliação pública, período após o qual será emitida a declaração de impacte ambiental, pedida pelo Tribunal.

O estudo entregue ao Instituto do Ambiente concluiu que a infra-estrutura pode contribuir para uma melhor circulação rodoviária na zona.

O EIA é favorável ao Túnel do Marquês, considerando que traz benefícios para quem sai da cidade e para o trânsito local, uma vez que pode contribuir para uma maior fluidez.

No entanto, o estudo considera ser necessário ponderar sobre eventuais

aumentos da concentração da entrada de veículos.

Para minorar este problema, o estudo recomenda a implementação de um esquema integrado de gestão de tráfego, com semáforos e sinalização à entrada do túnel, no sentido de gerir os eventuais congestionamentos e evitar os riscos acrescidos durante a fase de exploração.

Por outro lado, refere o documento, a melhoria dos acessos à cidade de Lisboa poderá ainda passar pela alteração da oferta do sistema de transportes públicos e da infra-estrutura rodoviária.

O estudo sugere um conjunto de medidas, abrangendo a gestão ambiental da obra (em parte já realizada), entre as quais a protecção de ruído nas entradas e saída do túnel e ventiladores e drenagem das águas subterrâneas.

1,2 Milhões de euros para recuperar parques infantis

A Câmara já investiu 1,2 milhões de euros desde o início de 2003 na recuperação de mais de cem parques infantis e na construção de novos espaços de recreio na cidade.

O departamento de Ambiente Urbano, informou, no passado dia 28,

que “neste momento, 106 parques infantis estão completamente arrumados e já estão a ser utilizados e outros 28 terão as obras concluídas até ao fim do ano”.

Muitos parques infantis encontravam-se em mau estado, quer devido a “actos de vandalismo puro, grafittis ou por utilização indevida por pessoas com faixas etárias superiores” às permitidas, disse o responsável, acrescentando que “apenas meia dúzia de parques estavam em boas condições”.

Silva Ferreira explicou que o Instituto Nacional de Desporto realiza vistorias aos espaços de diversão para crianças, mas a autarquia lisboeta também faz as suas próprias inspecções.

Quando são detectadas situações “que não estão em

conformidade, os parques são fechados”, frisou. Nos casos em que um equipamento esteja estragado ou em que sejam apenas necessárias pequenas intervenções, a Câmara não encerra o parque.

No ano passado, a autarquia lisboeta recuperou, através de pequenas intervenções, 75 parques e em nove espaços realizou obras mais profundas, investindo mais de 500 mil euros.

Já para este ano, estão previstas grandes intervenções em 13 parques infantis, para melhorar ou substituir equipamentos existentes, enquanto 14 locais de diversão vão sofrer pequenas obras, como a substituição de peças ou acessórios de alguns equipamentos, obras orçadas em 680 mil euros.

Foram construídos de raiz cinco novos parques, na Alameda de Roentgen (Telheiras), no Parque do Calhau (Monsanto), no Parque Bensaúde (Benfica), na Praça do Bilene (Olivais) e na Quinta dos Ourives (Beato).

Alguns espaços que já se encontravam desactivados há alguns anos foram recuperados, nomeadamente na Rua da Manhiça (Santa Maria dos Olivais), na Praça da Cidade Vila Cabral, no Complexo Desportivo dos Olivais, no Jardim de Sá da Bandeira (São Paulo), na Rua de José do Patrocínio (Marvila) e no Parque de Silva Porto (Benfica). – Lusa/CML





Notícias de Viseu

Visita de trabalho da Ministra da Ciência prenúncio da implantação da Universidade



A Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, Maria da Graça Carvalho e o Secretário de Estado da Ciência e Inovação, Pedro Sampaio Nunes deslocaram-se a Viseu no dia 12 de Agosto, para uma visita de trabalho, onde mantiveram encontros com o Presidente da Câmara, empresários locais, autarcas e representantes de instituições de Ensino Superior.

Esta visita inseriu-se no cumprimento de um objectivo mais amplo, que tem em vista toda a reorganização da rede de ensino superior; objectivo aprovado através de resolução de Conselho Ministros e que para o efeito designou um Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho, coordenado pelo Professor Veiga Simão é composto pelos Professores Sérgio Machado dos Santos, E. Reinhard e F. Durst, Doutores Almeida Costa e Diogo Alarcão, assistidos por um Conselho Consultivo constituído pelos Professores W. L. Bernecker, H. U. Prokosch e Lerch

Neste âmbito deslocam-se pela primeira vez a Portugal a convite da Ministra, o Professor Doutor Reinhard, presidente da Siemens Medical Solution e três

Professores da University Erlangen, de Nuremberga, que integram este Grupo de Trabalho, com o objectivo de propor princípios orientadores para a reorganização da rede de ensino superior existente e para a criação de sinergias entre as universidades, institutos politécnicos e comunidade envolvente.

No contexto actual Viseu assume um significado especial dado ser a única Grande Área Metropolitana sem ensino superior universitário público e paralelamente possuir indicadores de desenvolvimento económico que apontam para a necessidade de uma intervenção no domínio da Qualificação Avançada dos Recursos Humanos.

Como decorreu a visita de trabalho, em Viseu

A visita começou com a recepção da Ministra pelo presidente da autarquia, Fernando Ruas, na Câmara Municipal, seguindo-se a visita ao Instituto Politécnico de Viseu e

às instalações da Universidade Católica e do Instituto Piaget.

Seguiu-se uma passagem pela Labesfal, à Huf, e à Visabeira, todas empresas de Viseu e interessadas em cooperações com os estabelecimentos de ensino de formação superior.

O presidente da autarquia, falando ao "Povo Livre", lembrou que o ensino universitário público em Viseu é uma antiga aspiração da cidade e da sua região,



que tinha sido prometida e depois negada pelo governo socialista. E afirmou: "...felizmente para nós, o Dr. Durão Barroso, em campanha eleitoral, prometeu a realização deste desejo da cidade e estamos certos de que essa promessa vai agora ser cumprida".

"É por isso que, com muito agrado tivemos a presença da Ministra da Ciência e do Ensino Superior, já acompanhada pelo presidente do Grupo de Trabalho que está a estabelecer a ordenação destes assuntos"

"Estivemos aqui reunidos com o Grupo de Trabalho, constituído por pessoas de elevado nível, no decorrer de um dia que foi, para nós, extremamente importante e a conclusão óbvia é que, desta vez, é mesmo 'a sério', e não vai haver lugar a mais indecisões. Estou certo que vamos ter uma Universidade, que vai ser uma Universidade inovadora, um estabelecimento de ensino de excelência, uma Universidade para a Europa do nosso tempo."

"Os trabalhos de concretização deste conceito universitário vão começar dentro em breve, e as indicações de modernidade e excelência levam-nos a que esperamos ter cursos muito avançados na área da saúde, com especialidades como a Medicina Molecular, Informática orientada para a Medicina, Engenharia Electrónica, Engenharia da Saúde, Biotecnologia e novas tecnologias orientadas para a ciência e agricultura."

"Trata-se, portanto, de uma Universidade inovadora, virada para as novas tecnologias de ponta, virada para a Europa dos nossos dias e do futuro."

"Foi um dia de muita alegria para Viseu e todos esperamos que, em breve, comecemos a ver concretizada esta velha esperança, e concretizada da melhor forma possível". - **Gab. MCES e PL**

Distrital de Braga

PSD defende a criação de roteiro histórico-cultural

O PSD de Braga defende a criação, na cidade de um roteiro monumental histórico-cultural baseado nas ruínas romanas da antiga Bracara Augusta e tendo como centro a Fonte do Ídolo.

Ricardo Rio, presidente da distrital de Braga do PSD, afirmou há dias que a reabertura da Fonte do Ídolo, prevista para o começo de 2005 e onde foram feitas, pelo anterior Ministério da Cultura, obras de requalificação e musealização pelo IPPAR, abre caminho à concretização de um Roteiro englobando vários monumentos bracarense do período romano.

Ricardo Rio fez estas declarações no final de uma visita, enquadrada no programa de contactos do PSD local com as freguesias do Concelho, e que na ocasião se desenrolava na freguesia de S. Lázaro, onde se encontra a Fonte do Ídolo, um monumento romano provavelmente datado do século 2 ou 3 antes de Cristo.

Ricardo Rio congratulou-se com a realização do investimento estatal na recuperação do monumento, salientando que "o mesmo sucedeu com o Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, cujas obras - agora terminadas - se vinham prolongando no tempo".

A Fonte do Ídolo, cuja zona envolvente se encontrava degradada, está a ser alvo de obras de recuperação e musealização que englobam a sua limpeza, a criação de condições de acesso para os visitantes, e de um Centro de Interpretação sobre o seu significado no quadro da antiga urbe da época romana.

Para Ricardo Rio, "a cidade de Braga tem todas as condições para que tal roteiro seja criado, já que existem ruínas romanas no Seminário de Santiago, no Museu D. Diogo de Sousa - que também abre no final do ano -, no Alto da Cidade, na Junta de Freguesia da Sé, no Balneário da Estação da CP, nas Frigideiras do Cantinho, e na Rua de Santo António das Travessas.

O PSD - acrescentou - defende que a Câmara Municipal de Braga "deve intervir nas ruínas romanas das Carvalheiras, proporcionando o respectivo estudo, já que se trata de uma zona que terá correspondido à primeira área comercial da urbe romana". - **PSD/Braga**

Miguel Relvas no Brasil

O Secretário-Geral do PSD no 5º aniversário da Secção do Rio

O Secretário-Geral do PSD, Miguel Relvas, deslocou-se ao Brasil, para presidir às comemorações do 5º aniversário da Secção do PSD do Rio de Janeiro.

A visita começou no dia 4 de Agosto, com um encontro com o ex-presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, no Instituto que tem o nome daquele político e homem de ciência, em São Paulo.

Já no Rio de Janeiro, as comemorações do aniversário da secção local do PSD, culminaram com a realização de um jantar, no dia 6, na “Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria”, ocasião em que o Presidente da Secção, Felipe Marques Mendes, entregou ao Secretário-Geral cerca de 120 fichas de novos militantes, o que eleva a Secção do PSD do Rio de Janeiro à qualidade de maior secção do partido no círculo “Fora da Europa”, com mais de 400 militantes. - GSG-PSD



Depois de ter recebido as fichas de 120 novos militantes, cantam-se os “Parabéns” pelos 5 anos da Secção



Com Gomes da Costa, o Presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil



Recebendo as fichas de inscrição de novos militantes da Secção do Rio de Janeiro



Com Filipe Marques Mendes e (em pé) o antigo Presidente da Secção, João Caldas Fernandes



Com Filipe Marques Mendes, o Presidente da Secção do Rio de Janeiro, no jantar de aniversário



As grandes questões da Justiça

«O reforço da confiança dos cidadãos no nosso sistema judicial é um objectivo prioritário do Governo»

No dia 10 de Agosto, o Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, ante a demissão anunciada do então Director da Polícia Judiciária, reuniu-se com a Imprensa, na Residência Oficial e falou das preocupações do Governo na área da Justiça, tendo anunciado que iria propor a celebração de um pacto de regime entre o Governo, a maioria parlamentar e a oposição em torno de “grandes questões” da Justiça em Portugal.

O Primeiro-Ministro, que estava acompanhado pelo Ministro da Justiça, Aguiar Branco, afirmou que «...O reforço da confiança dos cidadãos no sistema judicial constitui um dos objectivos prioritários do programa do XVI Governo Constitucional.

«Este valor tem sido repetidamente posto à prova por um conjunto muito complexo de factores e situações, como bem demonstram episódios recentes da nossa vida colectiva.

«Visando dar execução àquela prioridade programática, recebi, hoje, o Senhor Procurador-Geral da República para uma reunião na qual participou também o Senhor Ministro da Justiça.

«Nessa reunião, o Governo



considero ter chegado a hora de o Governo, maioria parlamentar e oposição trabalharem formalmente na celebração de um Acordo de Regime em torno das grandes questões da Justiça em Portugal.

«Com o mesmo respeito pelo princípio da separação de poderes, o interesse do Estado aconselha, agora, este passo. Esta é a hora de avançar.

«Na apresentação e debate do Programa do Governo afirmei que procuraria obter entendimentos alargados em tornos das grandes questões estruturantes do Estado de Direito. Considero ser esta, sem sombra de dúvidas, a primeira de tais questões.»

- Gab. PM

Linhas de Orientação e Critérios Programáticos

No dia seguinte foi nomeado o novo director Nacional da PJ, cuja posse, dada no Ministério da Justiça, foi presidida pelo Primeiro-Ministro.

Após o acto, o Ministro da Justiça, num breve discurso, dirigindo-se ao novo Director, afirmou:

«Vista a concepção governamental da polícia criminal e de prevenção criminal, manifestada a sempre devida confiança institucional, importa definir algumas linhas programáticas de carácter geral.

«Tais linhas, aqui resumidas a quatro orientações fundamentais, que na actual conjuntura — é mister reconhecê-lo — estarão sempre subordinadas a apertados critérios de gestão e racionalização orçamental.

«A primeira representa uma aposta no reforço e, muito especificamente, na qualificação dos meios humanos que integram a Polícia Judiciária.

«A segunda diz respeito à qualificação e sofisticação das

tecnologias que estão à disposição da prevenção e do combate à criminalidade, em especial, à criminalidade organizada e violenta.

«A terceira reporta-se ao reajustamento — senão mesmo, redefinição — dos quadros de competência da Polícia Judiciária. Um tal reajustamento deverá, porém, inserir-se no contexto mais vasto da ampla Reforma do Sistema Judicial que ontem foi anunciada pelo Senhor Primeiro-Ministro.

«A quarta concerne ao relacionamento com as magistraturas e, em especial, com a magistratura do Ministério Público, que se deverá pautar pela mais franca e leal cooperação, sem prejuízo do respeito pelas correspondentes esferas de autonomia.

«Em suma, pretende-se que a combinação da qualidade dos meios humanos e tecnológicos, assente num quadro racional de competências e atribuições, possa aumentar de modo sensível a eficiência deste corpo policial altamente especializado e motivado.

«O acto de posse do novo Director Nacional da Polícia Judiciária é, por simples coincidência ou acaso da história, o primeiro acto de um tempo novo — permitam-me que, com ambição, lhe chame assim — o tempo da Justiça.

«Do que se trata, no específico âmbito da polícia criminal, é de pôr a eficiência e modernidade da formação humana e dos recursos tecnológicos ao serviço dos valores cardiais do Estado Constitucional.

«Do que se trata, no plano da República, como resulta do Programa do Governo e ontem foi claramente evidenciado pelo Senhor Primeiro-Ministro, é de criar uma dinâmica de reforma global da justiça, assente num firme consenso político, preparado por uma prévia concertação institucional e profissional na área da justiça.»

Já a terminar, dirigindo-se directamente ao novo Director Nacional, citou Agustina Bessa Luís, dizendo que «...sabemos que, consciente das dificuldades e limitações da missão que lhe vai confiada, a sua vontade e entusiasmo só são comparáveis à vontade e entusiasmo reformista do actual Governo. Conheço já — e bem — a limitação de meios com que se vai confrontar. Permita-me, porém, terminar com o estímulo pessoal que, todos os dias, me deixa um dos belíssimos ditos de Agustina: ‘Um homem não vale só o que tem, um homem vale o que multiplica.’» - Gab. Imp. PM



confirmou a sua determinação em assegurar que todas as violações às regras processuais penais - em especial aquelas que mais minam a confiança dos cidadãos - sejam rigorosamente investigadas.

«Entendo, todavia, que devemos ir mais além. O que acaba de se passar configura mais um caso, na sequência de outros, que todos preferíamos não tivessem acontecido.

«Não podemos continuar de episódio em episódio, de substituição em substituição, apenas com a preocupação de sossegar provisoriamente cada ímpeto de agitação colectiva.

«Como Primeiro-Ministro

«Até à abertura do Ano Parlamentar serão desenvolvidas as diligências necessárias à apresentação de propostas que concretizem estes propósitos, designadamente em matéria de Código Penal e Código de Processo Penal.

«A obrigação de conseguir resultados não é só nossa mas assumo a responsabilidade da iniciativa.

«Tempos houve em que foi prudente o silêncio. Sabem todos, conhecem todos, o modo como, ao longo de dois anos, a Maioria e o Governo procuraram, no respeito pelo princípio da separação de poderes, guardar a reserva que o interesse do Estado impunha.

Descentralização no Governo

Primeira reunião deslocalizada na Secretaria de Estado da Juventude

A primeira reunião descentralizada de uma equipa ministerial realizou-se no dia 25 de Agosto, em Braga, envolvendo o ministro adjunto do primeiro-ministro, Henrique Chaves, e os secretários de Estado da Juventude, Pedro Duarte, e do Desporto, Hermínio Loureiro.

A reunião decorreu na sede da Secretaria de Estado da Juventude e o ministro não quis divulgar os assuntos tratados.

Em declarações à Imprensa, Pedro Duarte disse que esta foi a primeira reunião descentralizada de uma equipa ministerial.

Pedro Duarte adiantou ainda que o seu gabinete vai manter-se nas actuais

instalações, mesmo que estas possam ser sujeitas a algumas obras de remodelação.

O edifício ocupado pelo departamento governamental é uma antiga Repartição de Finanças, ao lado do Palácio dos Falcões, no centro histórico da cidade.

A secretaria de Estado da Juventude foi uma das seis que o Governo decidiu transferir de Lisboa para igual número de cidades do país.

As restantes são as secretarias de Estado da Agricultura e Alimentação (no distrito de Santarém), da Administração local (Coimbra), da Educação (Aveiro), dos Bens Culturais (Évora) e do Turismo (Faro).

Rui Rio e José Cesário louvam a «descentralização dos órgãos do Governo»

Comentando outra faceta da descentralização do Executivo, O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, congratulou-se com a decisão do Primeiro-Ministro, de instalar na cidade a “segunda sede do Governo”.

“A existência de mais membros do Governo oriundos do Porto e Norte de Portugal em relação ao executivo anterior e de uma segunda sede do Governo na segunda cidade do país, bem como outros aspectos que a seu tempo surgirão, demonstram que este é o caminho certo”, afirmou Rui Rio.

Por seu lado, o secretário de Estado da Administração Local, José Cesário, considerou a deslocalização de órgãos do Governo uma medida de descentralização que se traduz na criação de emprego e riqueza nas cidades

onde são instalados.

“A mudança de localização de várias secretarias de Estado traduz-se na polarização de criação de riqueza e emprego”, disse, à Agência Lusa, José Cesário, destacando a importância da decisão do Governo.

De acordo com o novo secretário de Estado da Administração Local, os gabinetes vão atrair mais pessoas para as cidades onde são instalados e vão permitir a criação de emprego através do recrutamento de pessoal qualificado.

Adiantou ainda que “sempre foi um defensor” da descentralização dos órgãos do Governo.

– Fonte: Lusa

Combate aos incêndios

Em Leiria, o Ministro da Agricultura pede conclusão até ao fim de Março dos Planos Municipais de Protecção

O ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, Costa Neves, afirmou, no passado dia 26, durante uma visita a Leiria, que o Estado vai dar mais ênfase e empenhar-se mais, na limpeza das suas matas, reconhecendo que esse trabalho tem sido insuficiente nos últimos anos.

“O Estado tem que dar o exemplo e ultimamente esse tem sido mau”, afirmou o Ministro, reconhecendo a necessidade deste trabalho, até para para mostrar aos proprietários privados como devem proceder à limpeza dos seus terrenos.

De visita ao distrito de Leiria, que está a desenvolver um amplo programa de prevenção e vigilância das florestas denominado “Leiria + Verde”, com o apoio da Fundação Vodafone, Carlos Costa Neves apelou ao envolvimento das empresas em projectos de prevenção florestal.

O que se passa em Leiria “é um trabalho exemplar para o país”, porque envolve uma estratégia integrada com vários organismos da função pública, Protecção Civil, militares, autarquias, proprietários privados e entidades não-governamentais, considerou o ministro.

Afirmando que irá estudar medidas de incentivo às empresas que queiram apoiar os esforços de prevenção dos fogos florestais, Costa Neves notou que esse envolvimento é também uma forma destas darem “sinais de interesse e de participação da sociedade”.

Costa Neves apelou também ao empenho das autarquias, reclamando a conclusão dos Planos Municipais de Protecção das Florestas até Dezembro

para que o plano municipal esteja terminado em Março, antes da próxima época de fogos.

“Temos de arrumar a casa antes de começarmos a trabalhar”, explicou, elogiando o trabalho do seu antecessor, que programou uma “revolução na protecção da floresta” que só deverá ser sentida pelos portugueses no espaço de uma geração.

“Está feito um excelente trabalho do Governo anterior e do engenheiro Sevinate Pinto”, afirmou, destacando o esforço financeiro na prevenção de novos fogos, que passou de 20 milhões de euros em 2003 para 90 milhões em 2004.

O papel de Costa Neves será, antes de mais, “procurar que seja encontrada a resposta adequada a quem está no terreno”, pelo que irá aumentar as visitas às zonas de intervenção.

O Ministro rejeitou a ideia de que cabe apenas ao Governo o papel de protecção das florestas portuguesas e defendeu um maior civismo por parte dos cidadãos, que têm a “responsabilidade de limpar o mato à volta das suas casas” pelo que não devem atribuir culpas ao Estado em caso de incêndio.

“As pessoas têm de ser responsabilizadas”, afirmou, considerando que a realização de um cadastro global da mancha florestal, 85 por cento propriedade de privados, vai permitir ultrapassar essa impunidade existente.

– Fonte: Lusa





O Primeiro-Ministro no Brasil

A convite do Presidente Lula, Pedro Santana Lopes assiste às comemorações da Independência

Na próxima segunda-feira, o Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, desloca-se ao Brasil, numa visita de quatro dias, a convite do Presidente Lula da Silva, para assistir às cerimónias comemorativas da independência do país.

A deslocação ao Brasil será a primeira viagem oficial ao estrangeiro de Pedro Santana Lopes desde que tomou posse a 17 de Julho.

Segundo fonte do gabinete do primeiro-ministro, Santana Lopes parte no dia 6 para Brasília, onde se desenrola, no dia seguinte, as cerimónias comemorativas da independência.

“É a primeira vez que um Chefe de Governo português é convidado para assistir às cerimónias da independência do Brasil”, sublinhou a fonte, acrescentando que, ainda no dia 7, Santana Lopes terá um encontro privado com o presidente Lula da Silva.

No dia 8, o Primeiro-Ministro parte para o Rio de Janeiro, onde irá encontrar-se com o Presidente da Câmara (ou Prefeito) da cidade, César Maia, e com a governadora do Estado, Rosinha Garotinho. À noite, Santana Lopes oferece uma recepção à comunidade portuguesa no Brasil, no Palácio de São Clemente, onde está instalado o consulado-geral do Rio de Janeiro.

No dia 9, no Museu Histórico Nacional em Niterói, o Primeiro-Ministro vai inaugurar uma exposição com espólio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Ainda nesse dia, Pedro Santana Lopes irá deslocar-se à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro para inaugurar uma exposição de livros luso-brasileiros antigos e entregar o prémio Camões à escritora Agustina Bessa Luís.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, António Monteiro, e o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva, irão acompanhar Pedro Santana Lopes, nesta viagem a Brasília e ao Rio de Janeiro. A Ministra da Cultura, Maria João Bustorff, irá juntar-se à comitiva do Primeiro-Ministro apenas no Rio de Janeiro. O regresso a Portugal está marcado para o dia 10 de Setembro.

- Gab. PM



Mensagem do Chefe do Governo aos atletas olímpicos portugueses

No passado dia 23, o Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, dirigiu aos atletas portugueses que competiram nos Jogos Olímpicos 2004, em Atenas, a seguinte mensagem:

«O Primeiro-Ministro felicita todos os atletas portugueses que participaram, até à data, nas Olimpíadas de 2004, por terem honrado o nome do País e marcado a história do desporto português. Demonstraram responsabilidade de superarem novos objectivos e força de vencerem em futuras missões.

«O Primeiro-Ministro quer, em especial, saudar os dois atletas que já conquistaram medalhas de prata; Sérgio Paulinho e Francis Obikwelu, e desejar a este último, bem como a todos os outros atletas portugueses que vão entrar em prova, os maiores êxitos.»

O Primeiro-Ministro elogia ainda o desempenho de todos os atletas que finalizaram as competições e que conquistaram classificações até ao 16º lugar, evidenciando os diplomas obtidos pelos atletas que atingiram posições que dão direito aquele documento de reconhecimento de excelência desportiva. – Gab. PM

Uma extraordinária imagem do “photo finish” oficial dos 100m masculinos, vendo-se Obikwelu a cortar a meta logo a seguir ao vencedor americano, com uma diferença de centímetros em distância e de apenas alguns centésimos de segundo em tempo

Ministro dos Negócios Estrangeiros dirige-se às Comunidades Portuguesas

«...uma atenção especial é imperativa»



Na primeira semana de Agosto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Embaixador António Monteiro, fez chegar ao “Povo Livre” o texto de uma mensagem que nessa ocasião dirigia às comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo. É o seguinte o seu texto:

«Ao dirigir-me pela primeira vez aos portugueses residentes no estrangeiro após assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, quero sublinhar que, tanto eu como o Senhor Secretário de Estado das Comunidades

Portuguesas, consideramos imperativo dar uma atenção muito especial às necessidades e aos problemas sentidos pelos portugueses residentes no estrangeiro.

«É intenção do Governo conceder expressão política ao enunciado no seu programa recentemente aprovado na Assembleia da República, prosseguindo a modernização dos serviços consulares de forma a torná-los mais capazes de responder às solicitações que lhes são diariamente colocadas. A qualidade do atendimento deverá constituir um objectivo primordial.

«Procurarei que o orçamento de 2005 assegure já a viabilização de acções que permitam continuar a requalificar a rede consular, aproximar e melhorar a sua ligação às comunidades, identificando carências e criando condições para que sejam encontradas as soluções mais adequadas. É também meu

propósito estar particularmente atento à salvaguarda dos direitos dos cidadãos nacionais no estrangeiro e, em especial, aos grupos mais vulneráveis. Manter-se-ão programas na área socio-económica de apoio aos portugueses carenciados e idosos, assim como aos que vivem em países que atravessam situações de crise. Procurar-se-á, igualmente, encontrar respostas que aliviem as dificuldades sentidas, a nível consular, em países como o Reino Unido.

«Serão reforçados e valorizados, os elos de ligação das comunidades portuguesas e dos luso-descendentes, com Portugal, através do ensino da língua e da promoção da cultura, contribuindo para uma mais clara e nítida imagem do nosso país e da civilização que é a nossa e da qual cada um é depositário. Que todos os Portugueses deste facto se consciencializem e assumam a sua responsabilidade pessoal na perpetuação desta herança, na perspectiva da afirmação de um país moderno e preparado para enfrentar os desafios do século XXI.

«Ao Conselho das Comunidades Portuguesas e ao movimento associativo em geral dirijo, também, uma palavra de apreço e formulo votos para que prossigam a acção nobre de promover, em simultâneo, os valores e os interesses permanentes do nosso País e a imagem de um Portugal dinâmico e determinado na via do progresso.

«Como Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas é minha firme intenção prosseguir com determinação o esforço no sentido de reforçar a visibilidade e importância que o Governo reconhece aos portugueses residentes no estrangeiro, estabelecendo pontes que permitam manter os laços com a Pátria mãe. Esse empenho será levado a cabo em estreita articulação com o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e as estruturas diplomáticas e consulares deste Ministério.»

– Gab. Min. Neg. Est.

O Presidente da França escreve a Carlos Gonçalves



O Gabinete do Primeiro-Ministro deu conhecimento público, nos primeiros dias de Agosto, de uma carta enviada pelo Presidente da República francesa, Jacques Chirac, ao novo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Carlos Gonçalves que foi emigrante em França.

Na carta, Chirac apresenta a Carlos Gonçalves “felicitações calorosas” pela sua entrada para o Governo português. “Sei que cumprirá esta nova missão com dinamismo, entusiasmo e eficácia”, escreveu o Presidente francês que, na missiva, manifesta a sua satisfação pela nomeação e considera que “através dele, a grande família franco-portuguesa se sente honrada”.

Carlos Gonçalves, de 42 anos e que tinha sido eleito deputado do PSD pelo círculo da Europa, nas legislativas de 2002, é o primeiro emigrante a ocupar o cargo de secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

- Lusa

Mota Amaral em São Tomé

O presidente da Assembleia da República, João Bosco Mota Amaral, vai estar a partir da próxima sexta-feira e até ao dia 7, em visita oficial a São Tomé e Príncipe, a convite do seu homólogo, Dionísio Tomé Dias, segundo comunicado do Gabinete de Mota Amaral.

A deslocação, a quarta que faz a um país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realiza-se no âmbito das relações inter-parlamentares entre os dois países, uma área de actuação considerada primordial por Mota do Amaral.

O presidente da Assembleia da República portuguesa chefiará uma delegação, que inclui elementos do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – São Tomé e Príncipe, criado em Setembro de 2003.

No âmbito da cooperação inter-parlamentar da CPLP, Mota Amaral já se deslocou a Cabo Verde, Angola e Timor-Leste.

– Fonte: LUSA





Dar formação política e técnica é, segundo o Secretário Geral do PSD o grande objectivo deste curso

Mais uma vez o PSD organiza a sua «Universidade de Verão», sob a direcção do Eurodeputado Carlos Coelho, o grande entusiasta da UV, que reúne um grupo de 100 jovens, para uma semana de discussão e aprendizagem dos grandes temas políticos dos nossos tempos.

O Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa e o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Martins da Cruz são “professores” da Universidade de Verão que este ano decorre em Castelo de Vide, de 6 a 12 de Setembro.

Ao longo da semana irão passar pela “Universidade de Verão” não só figuras do PSD, como profissionais de áreas como o jornalismo, nomeadamente o ex-director do diário espanhol El País, Juan Luís Cebrian.

Ao contrário do que aconteceu na “Universidade de Verão” de 2003, nenhum Ministro participa este ano no curso.

“Há uma clara vontade de não governamentalizar o partido”, adiantou o secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, à Agência Lusa.

“Dar formação política e técnica” aos participantes é o grande objectivo deste curso que,

UNIVERSIDADE DE VERÃO



6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 de Setembro



segundo Miguel Relvas, pretende também ser um espaço de reflexão.

Por dia serão leccionados dois temas, terminando a jornada com um jantar-conferência.

A abertura da “Universidade de Verão” está marcada para o final da tarde do dia 06 de

Setembro e contará com a participação do Secretário-Geral do PSD, de Mota Amaral, na sua qualidade de Presidente do Instituto Sá Carneiro e do Presidente Nacional da JSD, Nuno Sá.

No primeiro dia de aulas, 7 de Setembro, a

economia e o ambiente serão os temas em destaque, estando a conferência do final da jornada a cargo de Carlos Pimenta.

No dia seguinte, depois de Valadares Tavares fazer “uma radiografia de Portugal”, o ex-ministro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Martins da Cruz irá falar sobre política internacional numa sessão intitulada “Bush contra Kerry: o que vai mudar nos Estados Unidos da América”.

O segundo dia de aulas termina com uma conferência do Ex-Primeiro-Ministro e fundador do PSD, Francisco Pinto Balsemão.

O publicitário brasileiro Einhart Paz, a jornalista Clara Ferreira Alves e o presidente da Câmara de Sintra, Fernando Seara, são alguns dos “professores” do terceiro e quarto dia do curso.

“Somos social-democratas?”, é a pergunta a que Marcelo Rebelo de Sousa vai responder a 11 de Setembro, na última tarde de aulas.

A sessão de encerramento, no final desse dia, contará com a participação do ex-director do “El País”, Juan Luís Cebrian e será presidida pelo Presidente do Partido e Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, que fará o discurso de encerramento.

Programa U.V. 2004

SEGUNDA-FEIRA, 6 SETEMBRO:

- 18.30 Abertura
Carlos Coelho (Director da UNIV 2004)
Jorge Nuno Sá (Presidente da JSD)
Miguel Relvas (Secretário-Geral do PSD)
João Bosco Mota Amaral (Presidente do IFSC)
- 20.00 Jantar de recepção, com o **Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide**
- 22.00 Reunião dos 10 Grupos de trabalho

TERÇA-FEIRA, 7 SETEMBRO:

- 10.00 “É a economia...”
Prof. Doutor Diogo Lucena
- 12.30 Termo dos trabalhos
- 13.00 Almoço
- 14.30 “SOS Terra: o desenvolvimento sustentável”
Eng. Jorge Moreira da Silva
- 17.00 Termo dos trabalhos
- 17.30 Trabalhos de Grupo
- 19.00 Termo dos trabalhos
- 20.00 Jantar – conferência
Eng. Carlos Pimenta

QUARTA-FEIRA, 8 SETEMBRO:

- 10.00 “Uma radiografia de Portugal”
Prof. Doutor Valadares Tavares
- 12.30 Termo dos trabalhos
- 13.00 Almoço
- 14.30 “Bush contra Kerry: o que vai mudar nos EUA”
Embaixador Martins da Cruz
- 17.00 Termo dos trabalhos
- 17.30 Trabalhos de Grupo
- 19.00 Termo dos trabalhos
- 20.00 Jantar – conferência
Dr. Francisco Pinto Balsemão

QUINTA-FEIRA, 9 SETEMBRO:

- 10.00 “Ganhar em Democracia”
Einhart Paz
- 12.30 Termo dos trabalhos
- 12.40 Trabalhos de Grupo
- 13.30 Almoço
- 15.00 Conhecer Castelo de Vide (programa facultativo)
- 20.00 Jantar – Conferência
Doutor Fernando Seara

SEXTA-FEIRA, 10 SETEMBRO:

- 10.00 “Falar claro”
Deputados Carlos Coelho e Gonçalo Capitão
- 12.30 Termo dos trabalhos
- 13.00 Almoço
- 15.00 Assembleia (simulação)
- 17.00 Intervalo
- 17.30 Assembleia (simulação)
- 19.30 Termo dos trabalhos
- 20.00 Jantar – Conferência
Dra. Clara Ferreira Alves

SÁBADO, 11 SETEMBRO:

- 10.00 “A Europa precisa de uma Constituição?”, debate entre o *Deputado e VP do PSD*, **Dr. José Matos Correia e o Dr. Paulo Teixeira Pinto**
- 12.30 Termo dos trabalhos
- 13.00 Almoço
- 14.30 “Somos Social-democratas?”
Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
- 17.00 Termo dos trabalhos
- 17.30 Trabalhos de Grupo
- 18.30 Termo dos trabalhos
- 19.00 Sessão Formal de Encerramento
Dr. José Luis Cebrian
Dr. Pedro Santana Lopes
- 30.30 Jantar de Encerramento



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento do XXV Congresso Nacional do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Militantes do PSD de Abrantes para reunir, no próximo dia **02 de Outubro de 2004**, pelas 20:00 horas, na sede local, sita na Rua de São Pedro, n.º22, 1.º, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Concelhios: Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

NOTA:

1-Os militantes interessados em candidatar-se aos órgãos concelhios deverão apresentar as suas listas até ao final do dia 29 de Setembro, na sede concelhia. A sede encontrar-se-á aberta para esse efeito nos dias 28 e 29, entre as 21 e as 24 horas.

2-As urnas estarão abertas entre as 21 e as 24 horas, para efeitos de votação, ficando o período compreendido entre as 20 e as 21 horas destinado à apresentação de listas e programas por parte das candidaturas que se apresentem a sufrágio interno.

3-Só possuem capacidade eleitoral activa e passiva os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao da eleição.

Em tudo o mais, omisso, deverão as candidaturas observar o disposto no Regulamento Eleitoral em vigor, bem como os Estatutos Nacionais do PSD.

ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Armamar, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, no Salão Paroquial de Armamar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Baião, para reunir no dia 6 de Outubro de 2004, PELAS 13H00, na sede de secção de Baião, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As listas concorrentes, devem ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia.

O acto eleitoral decorrerá entre as 13h00 e as 15h00.

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Carregal do Sal, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 17h00, na sede do Partido, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos órgãos da Secção

Nota:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, Dr. Figueiredo Pereira, no seu escritório, em sua casa, ou na sede do Partido das 21h00 às 24h00 do dia 28 de Setembro de 2004.

As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00 do dia das eleições, ou seja, 2 de Outubro de 2004.

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Castelo de Paiva, para reunir, em sessão extraordinária no próximo dia **8 de Outubro de 2004**, entre as 18h00 e as 21h00, no Edifício da ADEP (ex-Casa do Povo), sita no Parque das Tílias, freguesia de Sobrado, neste concelho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 21h00.

As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Assembleia de Secção, António de Almeida Esteves, ou a quem estatutariamente o possa substituir, no seu domicílio sito no lugar da

Camosa, freguesia de Sobrado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castro Daire, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na Sede do Partido com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cinfães, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na sede do Partido, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convocam-se todos os militantes, dotados de capacidade eleitoral activa para os órgãos distritais para, conforme a respectiva secção em que militem, reunirem em Assembleia, no dia **2 de Outubro de 2004**, em todas as Secções Concelhias do Distrito de Viseu, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais de Viseu do PSD
a) Mesa da Assembleia Distrital;
b) Comissão Política Permanente Distrital;
c) Conselho de Jurisdição Distrital;
d) Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das

15h00 às 18h00.

As candidaturas para a Eleição dos Órgãos mencionados nas alíneas a), b), e c), terão de ser entregues nos termos dos Estatutos do Partido e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais do PSD, na sede Distrital, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o represente, todos os dias úteis das 15h00 às 17h00. As candidaturas para a eleição mencionada na alínea d) terão de ser entregues nos termos do Estatuto e do Regulamento referidos no número anterior, nas sedes das secções concelhias, ao Presidente da Assembleia da Secção, ou a quem o represente, durante o horário normal de funcionamento.

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD Felgueiras, a reunir no próximo dia **1 de Outubro de 2004**, pelas 21h00, na sede sita à Rua de Camões r/c, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede sita à Rua de Camões r/c, Felgueiras.

As urnas estarão abertas das 21h00 até às 24h00.

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do artigo 3º e seguintes do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Ílhavo, para uma reunião a realizar no dia **8 de Outubro de 2004**, pelas 18h00, na sede do partido, na Av. 25 de Abril, em Ílhavo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Militantes para o biênio 2004-2006;
2. Eleição da Comissão Política Concelhia para o biênio de 2004-2006.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 23h00.

Só poderão votar os militantes com as quotas pagas até ao dia 27 de Setembro de 2004.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, na sede do Partido, na Av. 25 de Abril, em Ílhavo.



LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na Avenida de Outubro, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia De Secção da Lourinhã, para uma reunião a realizar no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 21h00, na sede do partido com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se nesse dia a sede aberta entre as 21h00 e 23h00 para receber as listas.

MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moimenta da Beira, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na sede sita Praça Fernão Magalhães, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE CARCAVELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Carcavelos, para reunir no dia **1 de Outubro de 2004**, pelas 20h00, na sede na Rua do Jogo da Bola, lote 1 A, c/v, em Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

O acto eleitoral decorrerá das 20h30 às 23h00 e as listas candidatas deverão ser entregues na sede até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE LOUROSA (SANTA MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Lourosa, Santa Maria da Feira, para reunir no dia **1 de Outubro de 2004**, pelas 21h00, na sede na, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

O acto eleitoral decorrerá das 21h00 às 23h00 em instalações provisórias do Núcleo, sitas na travessa das Vendas de Baixo, Concelho de Santa Maria da Feira.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PARANHOS (PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Paranhos do Concelho do Porto, para reunir no dia **1 de Outubro de 2004**, pelas 21h00, na sede na Rua Campo Lindo, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

O acto eleitoral decorrerá das 21h00 às 23h00 e as listas candidatas deverão ser entregues na sede até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE SANTO ILDEFONSO

(PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Santo Ildefonso do Concelho do Porto, para reunir no dia **7 de Outubro de 2004**, pelas 21h00, na sede na Rua de Entreparedes, nº80, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota:

O acto eleitoral decorrerá das 21h00 às 23h00 e as listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia na Rua do Pinheiro Manso, 305 até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia De Secção da Oliveira de Frades, para uma reunião a realizar no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na sede do partido com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 15h00 às 18h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia.

ORIENTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção Oriental de Lisboa, para reunir no dia **7 de Outubro de 2004**, pelas 19h00, na Rua Manuel dos Santos lote 21 A sub/cave em Lisboa, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a

Assembleia de Secção de Ourém, para reunir no dia **7 de Outubro de 2004**, pelas 19h00, na Sede do Partido, sita na Rua Dr. Carlos Vaz Faria de Almeida, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política.

Nota:

As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa da Assembleia.

A recepção de candidaturas será na sede da secção, nos dias úteis, entre as 17h00 e as 19h00, devendo ser solicitado comprovativo de entrega.

No último dia de entrega de candidaturas, a sede estará aberta até às 24h00.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a assembleia de secção de Penafiel, para reunir no dia **1 de Outubro de 2004**, pelas 20h00, na sede concelhia, sita na Rua O Penafidense, nº9 – 1º dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h30.

A entrega das listas candidatas deverá ser feita ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PENALVA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penalva do Castelo, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na Rua Alexandre Herculano nº 13, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PENELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a assembleia de secção de Penela, para reunir no dia **16 de Outubro de 2004**, pelas 20h00, na sede concelhia, sita no Arco da Praça da República, em Penela, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

A entrega das listas candidatas deverá ser feita ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Porto de Mós, para reunir no dia **1 de Outubro de 2004**, pelas 21h00, na Sede do Partido, Avenida de Santo António, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleições da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Resende, para uma reunião a realizar no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na sede do partido, na Urbanização da Portela com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 15h00 às 18h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia.

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na Sede do Partido, sita na Rua Gago Coutinho nº12, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

S. PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. Pedro do Sul, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na sede desta secção, no Edifício Avenida, em São Pedro do Sul, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SATÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Satão, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na Pensão Império, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de

Sernancelhe, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, No lugar da Quinta dos Arcos – Cruzamento do granjal/N 226, em Sernancelhe, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SERPA (DISTRITAL DE BEJA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Serpa, em Assembleia Eleitoral, para o próximo dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 14h00, em local a comunicar por carta a todos os militantes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

A votação decorrerá entre as 14h30 e as 18h30, excepto se antes tiverem votado todos os militantes com direito a voto. As listas deverão ser entregues à Mesa da Assembleia Distrital do PSD de Beja até às 24h00 do terceiro dia anterior à votação.

TERRAS DO BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Terras do Bouro, para reunir no próximo dia **1 de Outubro de 2004**, sexta-feira, pelas 21h00, na sede do PSD na Vila de Terras de Bouro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas de candidatura à Mesa da Assembleia de Secção e/ou à Comissão Política de Secção deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa da Assembleia.

As urnas estarão abertas na sede

concelhia entre as 21h00 e as 23h00.

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tondela, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, na sede sita no Largo Dr. Alsemo Ferraz de Carvalho em Tondela, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA NOVA DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção Vila Nova de Paiva, para reunir no dia **2 de Outubro de 2004**, pelas 15h00, no Largo da Restauração, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos Concelhios do Partido e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vila Nova de Poiares, para reunir na sede concelhia (Av. Manuel Carvalho Coelho), no próximo dia **1 de Outubro de 2004**, Sábado, das 15h00 às 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Concelhia.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa Concelhia (Sr. Artur Herculano Carvalho Coimbra) até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



NESD/ Faculdade de Medicina Dentária da UL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do NESD da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa, para reunir no próximo dia 15 de Outubro de 2004, pelas 11H00, na sede da Faculdade, sita na Cidade Universitária, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição da Mesa do Plenário do NESD.
- 2- Eleição da Direcção do NESD.
- 3- Eleição dos Representantes do NESD ao plenário da CAL.

Notas:

a) As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da CAL, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do dia 12 de Outubro de 2004, na sede distrital da JSD Lisboa, sita na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa.

b) As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

NESD/ ISEG

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do NESD/ISEG, para reunir no próximo dia 21 de Outubro de 2004, pelas 11H00, na sede da Faculdade, sita na Rua da Quelhas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 4- Eleição da Mesa do Plenário do NESD.
- 5- Eleição da Direcção do NESD.
- 6- Eleição dos Representantes do NESD ao plenário da CAL.

Notas:

a) As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da CAL, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do dia 18 de Outubro de 2004, na sede distrital da JSD Lisboa, sita na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa.

b)As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

NESD/ Faculdade de Direito da UCP

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do NESD/Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, para reunir no próximo dia 1 de Outubro de 2004, pelas 11H00, na sede da Faculdade, sita na Rua da

Palma de Cima, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 7- Eleição da Mesa do Plenário do NESD.
- 8- Eleição da Direcção do NESD.
- 9- Eleição dos Representantes do NESD ao plenário da CAL.

Notas:

a) As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da CAL, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do dia 28 de Setembro de 2004, na sede distrital da JSD Lisboa, sita na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa.

b)As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

NESD/ ISLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do NESD/ISLA, para reunir no próximo dia 14 de Outubro de 2004, pelas 11H00, na sede da Faculdade, sita na Rua das Praças, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 10- Eleição da Mesa do Plenário do NESD.
- 11- Eleição da Direcção do NESD.
- 12- Eleição dos Representantes do NESD ao plenário da CAL.

Notas:

a) As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da CAL, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do dia 11 de Outubro de 2004, na sede distrital da JSD Lisboa, sita na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa.

b)As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

NÚCLEO DE JOANE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial de Joane da JSD, para reunir no próximo dia 1 de Outubro de 2004, pelas 21H00, na sede do PSD/JSD de Joane, sita no Largo da Feira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1- Análise da Situação Política
- 2- Eleição dos órgãos de Núcleo: Mesa do Plenário e Comissão Política

Notas:

a) As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD/JSD de Joane.

b)As urnas estarão abertas entre as 21H30 e as 23H00.

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

TABELA DE ASSINATURAS	
Continente	Regiões Autónomas
6 meses.....16,21€	6 meses.....22,45 €
12 meses.....29,93€	12 meses.....38,91 €
Apoio.....59,86€	
Estrangeiro	
	semestral anual
Espanha.....22,45 € 38,91 €
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....29,93 € 64,84 €
Outros Países.....59,86 € 94,77 €

BOLETIM DE ASSINATURA
PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 213952140
Nome: _____
Morada: _____
Freguesia: _____
Cód. Postal: _____ Localidade: _____
Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual
Militante nº _____
Junto envio cheque nº: _____
Segue Vale correio nº: _____
Junto numerário no valor de: _____
<i>Assinatura</i>

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

Se as nossas contas não falham, começamos o primeiro número de Setembro com a 70ª edição do espaço da JSD neste histórico semanário. Quer isto dizer que o Povo Livre tem sido mais um dos importantes veículos das inúmeras informações da JSD: nacionais, regionais, distritais, concelhias e de núcleo.

Por muito contentes que estejamos, a satisfação completa é uma miragem, pois temos sempre como objectivo inovar, melhorar e ampliar – quer as notícias quer os órgãos e estruturas envolvidas!

As presentes notícias ainda se referem aos últimos eventos antes das férias e que não quisemos deixar de divulgar. Para a semana poderão saber o que se foi passando no “Universo JSD” durante as férias.

Cordiais saudações e boa continuação de férias ou recomeço de trabalho
Paulo Colaço
Director de Informação da JSD

COMUNICADO FINAL DO C.N./ J.S.D. DE 23/JULHO/2004

Ontem, dia 22 de Julho de 2004, o Dr. José Manuel Durão Barroso obteve uma expressiva confiança do Parlamento Europeu para se tornar Presidente da Comissão Europeia.

O processo da sua nomeação para estas importantes funções abriu em Portugal um momento de impasse e expectativa que teve na pessoa do Senhor Presidente da República a figura-chave.

Ao longo dos vários dias de ansiedade e incerteza por que todos passámos, o Partido Social Democrata e a Juventude Social Democrata demonstraram uma enorme serenidade e, sobretudo, um indelével respeito pela pessoa e autoridade presidencial.

Atitude bem diversa tiveram outros cujo percurso e trato pessoal deveriam obrigar a melhor consideração pelo Dr. Jorge Sampaio.

Tomada que foi a decisão do Presidente da República, e decorridos todos os passos constitucionais que conhecemos, vemos retomada a normalidade das instituições e reformulado o Governo da Coligação que apoiamos e cujo trabalho aplaudimos.

Estando já longe esta fase da nossa vida democrática, o Conselho Nacional da JSD não pode deixar de se congratular pelo bem sucedido decurso dos vários momentos.

Assim:

- Saudamos a decisão presidencial em convidar o Presidente do PSD, Dr. Pedro Santana Lopes, a formar Governo;
- Felicitamos as opções tomadas na composição do executivo liderado pelo nosso Primeiro-Ministro e a seriedade de todo o processo;
- Congratulamo-nos pela opção de dar relevância à Juventude, destacando a área numa Secretaria de Estado própria, como a JSD vinha defendendo desde o início;
- Orgulhamo-nos pela nomeação do nosso companheiro Pedro Duarte para Secretário de Estado da Juventude – é sem dúvida uma das mais fortes apostas deste Governo;
- Agrademos todo o esforço e empenho demonstrado pelo anterior responsável pela Juventude, Hermínio Loureiro, militante honorário da JSD;
- Finalmente, o Conselho Nacional deseja a Pedro Santana Lopes e a José Manuel Durão Barroso o melhor exercício possível das funções que agora abraçam.

O Conselho Nacional aprovou igualmente:

- Um voto de Louvor pela Nomeação de Pedro Duarte para o cargo de SEJ;
- Um voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Pereira Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra;
- A constituição do Agrupamento Territorial do Oeste, apadrinhado pelas CPD de Leiria e Área Oeste.

Secção de Mourão organiza acampamento

No passado dia 24 de Julho, teve lugar um almoço de trabalho para organizar um acampamento de Verão da JSD de Mourão.

Esta é uma iniciativa que conta com o apoio de outras secções do Distrito de Évora e da CPD, prometendo ter grande impacto e muita animação.

Para além do Presidente da Comissão Política de Secção, António Frasco Pires, e de membros da CPD, também o Director de Informação da JSD esteve presente nesse convívio de trabalho.

Secção D de Lisboa foi a votos

No passado dia 23 de Julho foram realizadas eleições para a Presidência da Mesa da JSD na Secção D de Lisboa, tendo sido eleito, como novo Presidente da mesma, Miguel Real Mendes.

Ao companheiro e a toda a sua equipa, fazemos votos de bom desempenho.

Campanha de prevenção rodoviária da CPD/Setúbal

Distrital de Setúbal promoveu mais uma acção de rua para divulgação da sua campanha de prevenção rodoviária. A iniciativa teve lugar no centro da cidade de Almada.

No comunicado da CPD podia ler-se que:

«Todos os anos, nas estradas portuguesas, morrem muitos inocentes fruto da falta de civismo e da irresponsabilidade de alguns que querendo brincar com a sua vida acabam por acabar com a de outros. Um horror que atinge tanto o desconhecido como o nosso maior amigo.

Um drama que tem rosto, deixa marcas, mas que até aqui não permitiu sensibilizar os portugueses fazendo-os compreender que estes comportamentos violentos e de risco, originam tragédias que não acontecem só aos outros. Um dia, se isso já não aconteceu, vai acabar por também nos bater à porta! Para evitar que esse dia possa chegar, começa por cada um de nós a Prevenção e o Civismo que nos faça perceber que o Futuro começa na forma como vivermos o Presente. Não estejamos à espera que apenas os outros mudem de atitude na forma como circulamos nas nossas estradas. A Mudança tem que começar Já e em cada um de Nós! Porque, definitivamente, isto não Acontece só aos Outros! Porque a Política tem também o dever de contribuir para a sensibilização e formação cívica da população, a Distrital de Setúbal continua a cumprir o seu dever!»

CPD/Lisboa foi a votos

Foram muitas as estruturas da JSD que foram a votos.

Uma delas foi a Distrital de Lisboa, que elegeu o companheiro Sérgio Azevedo para Presidente da CPD.

Aos militantes eleitos, desejamos um bom mandato.

JSD/Algarve com novo líder

No passado sábado 24/07, o companheiro Cristóvão Norte assumiu as funções de Presidente da JSD/Algarve.

O novo líder desta Comissão Política Distrital sucede ao companheiro Nuno Correia, vogal da CPN, o qual já manifestou o seu desejo de felicidades e de bom mandato para os dirigentes agora empossados.

JSD/Mafra foi a votos

Gonçalo Gambôa e José Bizarro Duarte são os novos Presidentes da Mesa e Comissão Política da Secção de Mafra, em acto eleitoral realizado a 9 de Julho passado.

No sábado anterior, 23/Julho, a secção organizou uma concorrida Festa de Verão no Restaurante Byte, na Ericeira, que se prolongou noite dentro no Bar Ouriço. Aos empossados desejamos felicidades e vitórias para as nossas bandeiras.

Ana Janine reeleita Vice-Presidente do EDS



Pelo segundo ano consecutivo a JSD elege um Vice-Presidente da mais prestigiada estrutura europeia de jovens estudantes da área do centro direita, que trabalha em estritas relações com o Partido Popular Europeu.

A honra que representar a JSD na direcção do EDS coube à companheira Ana Janine, vogal da CPN, que se faz assim reeleger para estas funções.

A sua primeira vitória eleitoral (isto porque as vice-presidências não votadas individualmente) teve lugar em Zadar, na Croácia, onde a sua campanha foi secundada por Hélder Santos, Ricardo Lopes, Carlos Lopes, Paulo Colaço, Duarte Marques e Bruno Santos.

Desta feita, o encontro anual eleitoral decorreu em Londres e em Carfiff, sendo a delegação da JSD constituída por Hélder Santos, Ricardo Lopes e Paulo Colaço, para além da candidata Ana Janine.

Do programa dos trabalhos fez parte um conjunto de palestras sobre União Europeia e acções das quais se destacam um encontro/debate com o líder do Partido Conservador Britânico, uma palestra com o Embaixador Americano em Londres, uma visita ao Parlamento Britânico e um jantar com o mais antigo deputado conservador em exercício de funções.

À Ana Janine fazemos votos de bom mandato.

JSD/Porto debate políticas de juventude e saúde o companheiro Pedro Duarte

Realizou-se no passado dia 21 de Julho, em Santo Tirso um Conselho Distrital Temático da JSD/Porto, que abordou o tema "Políticas de Juventude"

A Dra. Margarida Almeida, Directora Regional do Instituto Português da Juventude, foi a convidada deste evento que iniciou exactamente com uma moção de Congratulação pela Nomeação de Pedro Duarte como Secretário de Estado da Juventude, que realçou não só a justa escolha deste digníssimo militante desta distrital da JSD, como também o regozijo por finalmente a Juventude ter uma Secretaria de Estado autónoma com o nosso Governo.

Ficou decidido que iria haver num curto espaço de tempo uma reunião mais técnica com algumas personalidades do sector, para se elaborar uma moção a ser enviada para o novo Secretário de Estado da Juventude, Dr. Pedro Duarte.

Como nota final, e sinónimo do crescimento da JSD no distrito, foi aprovada a criação de mais três núcleos da JSD, dois em Paços de Ferreira e um em Lousada.

Comunicado da JSD/Portimão:

Portimão democrático? Nem por isso...

Afinal a JSD de Portimão preocupa muita gente...

Pelos vistos a ferida que denunciávamos era demasiado grande, e o incómodo causado pela campanha "Rally de Portimão" ainda maior, sendo a azia provocada quase corrosiva.

Reparem bem nos audazes e traquinas catraios da jota que ousaram abrir os olhos às pessoas no feudo Portimonense.

Tal como em épocas passadas, quem não convém que fale, tenta-se calar sem mais demoras...

E foi isso que fizeram. Após quatro dias da campanha na rua (sim, quatro dias, recorde absoluto de certeza!) esta, como que por artes mágicas, desaparece do universo portimonense, tendo sido arrancada totalmente dos seus locais de afixação, sem deixar rasto...

Haverá magos no reino de Portimão?

É óbvio, e fazem parte da corte bolorenta e bafienta que rege o "mui nobre" e desgovernado Reino de Porto à Mão (Portimão).

Atitudes destas não são de estranhar, e tornaram-se por demais habituais nos dias que correm, mas de modo algum que isso sirva de atenuante. Este tipo de comportamento é típico e está na massa do sangue de quem o pratica e revela bem a cepa de que são feitos estes nobres de cartão cujo único objectivo é manter os portimonenses calados, quietinhos, surdos e ceguinhos à realidade da sua terra, para deste modo governarem a seu belo prazer.

Esta pseudo nobreza consegue assim que o povo os considere os únicos para tomar conta dos seus destinos, não por mérito próprio, mas antes pelo contrário, por eliminação cirúrgica dos seus adversários...

Portimão um reinado? Não! Já chega de barões!

Tomadas de Posse na JSD do Distrito do Porto

No decurso da anterior semana, tomaram posse 3 concelhias do distrito do Porto, nomeadamente a secção de Lousada, no dia 23 Julho e no dia seguinte as CPS de Trofa e Vila do Conde.

Todos estes os actos decorreram durante jantares/convívio realizados nos respectivos concelhos e que encheram os locais escolhidos, destacando-se aqui o caso da Trofa que juntou cerca de 400 militantes, tornando um amplo espaço num local exíguo.

Enquanto que em Lousada e Trofa, Sandro Sousa e Sérgio Humberto Silva (respectivamente) foram reconduzidos por mais um mandato, no caso de Vila do Conde, Pedro Mesquita foi eleito para o seu primeiro exercício de funções presidenciais, sucedendo a Joaquim Pedro Pinho, que liderou a JSD deste concelho durante os últimos anos.

De salientar ainda que na tomada de posse de Lousada, entre as duas centenas de militantes presentes esteve o militante numero 1000 da JSD/Lousada, que foi devidamente destacado em cerimónia própria, simbolizando o empenho e determinação desta estrutura que triplicou num curto espaço de tempo o número de militantes.

Em todas as cerimónias esteve presente o presidente da distrital do Porto da JSD, Daniel Fangueiro, que dirigiu palavras de incentivo às equipas que tomaram posse.

Actividades do Distrito do Porto

São várias as iniciativas da JSD no distrito do Porto (realizadas e por realizar) das quais damos conta:

Tomada de Posse da JSD/Maia
Dia 29 de Julho (5ª Feira) - 21H30
Parque Urbano dos Moutidos - Freguesia de Águas Santas

Rally Paper da JSD/Santo Tirso
Dia 31 de Julho (Sábado) - 15H00
Santo Tirso

Jantar de Tomada de Posse da JSD - S. Mamede do Coronado
Dia 31 de Julho (Sábado) - 20H00
S. Mamede do Coronado

Rally Paper da JSD/Paredes
24 de Julho - Paredes

Jornadas Raul Teixeira
24 de Julho - Paços de Ferreira

Novos órgãos na concelhia de Braga

A nova Comissão Política de Secção da JSD de Braga, recentemente eleita, tomou posse num jantar bastante animado, que teve lugar no Restaurante Biscainhos. Aos companheiros que tomaram posse desejamos um bom trabalho com a juventude local.

Primeiro-Ministro anuncia pagamento faseado da dívida de Angola

No dia 19 de Agosto, o Primeiro-Ministro anunciou publicamente, em conferência de Imprensa, à qual esteve presente o Ministro das Finanças, que o Estado Português tinha acabado de receber a primeira parcela da dívida de Angola, no valor de um pouco mais de 258 milhões de dólares.

O restante da dívida será pago em prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de cinco anos, a partir da data do contrato de reescalonamento, assinado em 5 de Agosto.

O total da dívida angolana ao Estado português ascende a 956 milhões de dólares.

Relativamente às dívidas exteriores ao Estado e de que é credora a banca portuguesa, no montante de 600 milhões de dólares, Angola terá de liquidar



imediatamente o que deve. Dessa dívida, aquele país só terá de pagar 35 por cento do total, dado que o restante foi perdoado.

Quanto à dívida às empresas, Santana Lopes adiantou que foram definidos os documentos necessários para apresentar a reclamação, tendo o prazo para a entrega das respectivas reclamações das dívidas terminado a 12 deste mês. Até a essa data, o ICEP Portugal recebeu 140 processos num montante de 863 milhões de dólares, 1 milhão e 265 mil euros, cerca de 2 milhões de francos franceses e 2.700 contos antigos.

Segundo o ministro das Finanças e da Administração Pública, Bagão Félix, o pagamento da dívida de Angola a Portugal está a ser feito por um sindicato bancário sediado em Londres e cujo representante angolano é o Banco Espírito Santo, com concordância do governo português.

Bagão Félix esclareceu também que este valor não vai contribuir “em nada” para as contas públicas, uma vez que se trata de activos já contabilizados em anos anteriores.

“O pagamento desta dívida vai, sim, contribuir para o relançamento sadio das trocas comerciais entre Portugal e Angola”, salientou o ministro das Finanças. Para já, vão ser restabelecidas novas formas de ajuda e de crédito a Angola, havendo a considerar dois tipos de ajuda. Por um lado, a COSEC, garantirá a exportações de bens de investimento até ao montante limite de 100 milhões de euros, por outro o Crédito de Ajuda, em condições que garantem um mínimo de concessionalidade até 100 milhões de euros. – Fonte: Lusa

Congresso do PSD marcado para Novembro

Na segunda-feira ao fim da tarde, na Sede Nacional, reuniu a Comissão Política do nosso partido. Após a reunião, o Secretário-geral, Miguel Relvas, leu aos representantes dos órgãos de informação um comunicado. Após a leitura, Miguel Relvas respondeu a perguntas dos jornalistas, esclarecendo e ampliando alguns pontos do comunicado, que abaixo transcrevemos:

Comunicado da Comissão Política Nacional do PPD/PSD



“A Comissão Política Nacional do Partido Social-Democrata, reunida em 30 de Agosto de 2004, procedeu à análise da situação política e adoptou as seguintes conclusões:

1. Propor ao Conselho Nacional a realização nos dias 12, 13 e 14 de Novembro, em Barcelos, do XXVI Congresso Nacional.

2. Aprovar a estratégia para as eleições autárquicas do próximo ano, bem como um conjunto de iniciativas com elas relacionadas. Estabelece-se, assim, um calendário rigoroso, cuja primeira acção será o chamado “open day”: no dia 9 de Outubro próximo as estruturas locais promoverão debates abertos, convidando todos aqueles que, não sendo militantes do Partido, queiram dar um contributo para a análise dos problemas do seu concelho e para apresentar ideias para a sua resolução. Só após a conclusão dos diagnósticos que queremos fazer e da realização daquele conjunto de iniciativas estaremos em condições de iniciar a selecção de candidaturas e a constituição das equipas a apresentar aos actos eleitorais.

3. Apoiar e incentivar o plano de organização e modernização do Partido que está já em marcha sob orientação do Secretário-Geral. O PPD/PSD é um partido virado para o futuro, que quer levar a cabo um processo de renovação profunda das suas estruturas, tanto no domínio da inovação de meios, como no que diz respeito à optimização de gestão. Destaca-se, entre outras medidas, a instalação de uma linha ADSL de banda larga, que ficará à disposição das sedes regionais e locais, possibilitando o acesso das secções às bases de dados e à listagem de militantes, por forma a aumentar a transparência de processos e a facilitar a acção das estruturas. Nesta área, a CPN decidiu ainda que o órgão oficial do Partido – o “Povo Livre” – passará a ser disponibilizado unicamente em formato digital.

4. Dirigir uma palavra especial aos nossos companheiros das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, num momento em que se aproximam eleições muito importantes para essas regiões e para os nossos concidadãos que aí vivem. A CPN quer saudar, em especial, o Dr. Alberto João Jardim e o Dr. Vítor Cruz, desejando a ambos os maiores sucessos nesses actos eleitorais. O PPD/PSD renova o seu compromisso de que tudo fará para apoiar o PSD/M e o PSD/A, nestas difíceis batalhas que vão travar.

5. Salientar os resultados obtidos pela Missão Portuguesa presente nos Jogos Olímpicos Atenas 2004, que são prestigiantes para o nosso País, pois para além da conquista de três medalhas, os representantes nacionais alcançaram um conjunto de resultados, em várias modalidades, que representam um forte estímulo para o futuro. A CPN felicita vivamente, por isso, os atletas, técnicos e dirigentes, bem como todos aqueles que deram o seu contributo para aquela prestação. 30-08-04



Propriedade PSD-Partido Social Democrata
Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax: 213976967 - Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandela Artes Gráficas, SA. Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascoa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELUZ - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVOLIVRE

